

WALDOMIRO VERGUEIRO

DESENVOLVIMENTO
DE
COLEÇÕES

editora polis
associação paulista de bibliotecários
1989

Copyright © 1989 do autor

Capa: Maria Luiza Marinho Silva

SUMÁRIO

V498d VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. *Desenvolvimento de Coleções*. São Paulo : Polis : APB, 1989. (Coleção Palavra-chave, 1)
96 p.
1. Desenvolvimento de Coleções I. Título

CDD (19a) — 025.2
CDU — 025.2

Índice para catálogo sistemático:

1. Desenvolvimento de Coleções (Biblioteca)

Introdução,	7
Por que desenvolvimento de coleções?,	10
O processo de desenvolvimento de coleções,	15
Políticas para desenvolvimento de coleções,	24
Estudo de comunidade,	29
A seleção como atividade técnica e intelectual,	38
Instrumentos auxiliares à seleção,	45
Seleção e censura de materiais,	55
A aquisição como processo administrativo,	63
Desbastamento: a hora da decisão,	74
Avaliação de coleções: a busca do método,	81
Conclusão,	92
Bibliografia complementar,	94

Direitos reservados pela

LIVRARIA E EDITORA POLIS LTDA.

Rua Caramuru, 1196 — Saúde — 04138 — São Paulo — SP

Tel.: (011)275-7586

INTRODUÇÃO

Em minha atividade acadêmica, tive a oportunidade de entrar em contato com muitas bibliotecas e, aos poucos, passei a conhecer algumas das características comuns a todas. Notei que existia uma incógnita em relação às coleções, como se algo não estivesse suficientemente definido. Tinha-se a impressão de que alguma coisa não estava bem, embora não se conseguisse atinar exatamente com o quê. As coleções lá estavam e os profissionais preocupavam-se, às duras penas, em mantê-las vivas e atuantes. Louvável, extremamente louvável, embora, em muitos casos, não o suficiente.

Comecei a perguntar-me as razões disto e desta forma, quase sem me dar conta, fui direcionando minhas pesquisas e trabalhos teóricos para a questão do desenvolvimento de coleções. Assim, surpreendi-me, não sem uma certa dose de satisfação, ao ver que minhas preocupações eram partilhadas a nível mundial. Um bom sinal, pelo menos um indício de que minhas dúvidas não estavam totalmente equivocadas, possuíam alguma razão de ser. Foi o que pude depreender do levantamento da literatura internacional sobre desenvolvimento de coleções.

No entanto, ao verificar que a questão estava já relativa-

mente amadurecida internacionalmente, possuindo mesmo uma literatura até que bastante ampla, registrada em periódicos e livros especializados, notei que no Brasil o mesmo não se repetia. Senti, então, falta de um texto que tratasse a questão por inteiro, de uma forma que fosse acessível a bibliotecários sem pretensões a pesquisas aprofundadas, mas sim dispostos a resolver seus problemas no trato diário com as coleções, pelas quais, em última análise, são os responsáveis diretos. Senti também, após muita leitura da literatura nacional e internacional sobre o assunto, tentando adaptá-la à nossa realidade com vistas à orientação de futuros bibliotecários, que tinha alguma contribuição a oferecer. Talvez tenha sido excesso de pretensão da minha parte. No entanto, decidimos arriscar uma tentativa, procurando atender a uma população que parece necessitar — ou preferir — textos mais leves e de fácil entendimento, embora não necessariamente tão superficiais a ponto de não apresentarem novidade alguma. A meu ver, este é o campo dos manuais especializados que podem ser úteis tanto para profissionais com prática no assunto em busca de um enfoque teórico — sem, no entanto, deixarem de ser guias práticos —, como para estudantes ou bibliotecários recém-formados em busca de maiores conhecimentos que os auxiliem em sua vida profissional presente e futura. O texto que se segue é, além de, como disse, uma ousadia, também uma tentativa de propiciar aos bibliotecários esta visão geral do desenvolvimento de coleções. Será, por isso mesmo, necessariamente breve e procurará ser também, ao mesmo tempo, não muito superficial. Tentaremos evitar o excesso de

citações e referências a outros autores, pois este não será um trabalho com vistas a ser apresentado perante uma banca examinadora. Entenda-se, portanto, que muitas das idéias ventiladas a seguir não são exclusivamente deste autor, mas se constituem em um apanhado das preocupações de diversos autores sobre o assunto; devido aos objetivos do livro, farei referência a todos eles ao final, no capítulo dedicado às leituras complementares (desta forma, aqueles que não se sentirem suficientemente interessados poderão simplesmente prescindir da leitura do mesmo).

POR QUE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES?

Há alguns anos, Umberto Eco escreveu *O nome da rosa*, romance que ficou durante muito tempo na lista dos mais vendidos, transformando-se, posteriormente, em um filme dos mais badalados. Por um certo período, a leitura do livro tornou-se obrigatória entre as “pessoas de cultura”, que passaram a discuti-lo em seus barzinhos favoritos. Para os bibliotecários, então, foi um prato cheio, pois lá estava, inteirinho, o sonho de suas vidas: uma biblioteca enorme, colossal mesmo, contendo milhares de livros cuidadosamente arrumados em suas estantes. Perfeito. Que tristeza provavelmente não foi, para muitos bibliotecários, quando ao final a biblioteca é incendiada, destruindo tudo aquilo que o bibliotecário da ficção, contrariamente ao bibliotecário real, havia podido acumular (que pena, já contei o final do livro...). O que muitos não repararam, no entanto — ou não quiseram reparar —, era que o gigantismo da biblioteca não existia apenas na obra de ficção, mas era um fantasma a rondá-los diariamente. Em muitos casos, um fantasma até mesmo abençoado, pois, para muitos, o tamanho da coleção ainda parece significar um sinal de status, algo de que se pode jactar perante os colegas, como

meninos de creche discutindo qual tem algo a mais ou maior que o outro...

Felizmente, brincadeiras à parte, esta não é mais uma situação a ser encarada como regra de conduta entre os bibliotecários. Já de alguns anos para cá a questão do tamanho da coleção deixou de ser o ponto mais importante para os profissionais da biblioteconomia. Descobriram outras coisas. Primeiro, descobriram o usuário; depois, a coleção; agora, estão descobrindo o computador e estão extasiados com ele... Mas o que interessa aqui, entretanto, é apenas a coleção. O que já é muito, diga-se de passagem.

Desde alguns anos, mais precisamente a partir de finais da década de 60 e inícios da de 70, desencadeou-se na Biblioteconomia internacional um movimento ao qual se resolveu denominar de *Movimento para o Desenvolvimento de Coleções*. De repente, no mundo inteiro (o Brasil demorou um pouco para aderir) boa parte dos bibliotecários começaram a preocupar-se com suas coleções, buscando desenvolvê-las, selecioná-las, expurgá-las, enfim, transformá-las em alguma coisa mais coerente. E houve, então, o que alguns autores chegaram a denominar de *boom* do desenvolvimento de coleções (um modismo?): artigos sobre o assunto começaram a sair, com frequência cada vez maior, nos periódicos de Biblioteconomia; manuais foram escritos, buscando conscientizar os profissionais sobre a importância do tema (aliás, este é mais um deles...); teses e pesquisas foram realizadas nas universidades; periódicos especializados em Desenvolvimento de Coleções foram criados. Pode-se imagi-

nar até, como foi dito anteriormente, que, talvez com alguns (1) anos de atraso, os bibliotecários haviam finalmente descoberto suas coleções... tão perto e, ao mesmo tempo, tão longe. Ouvindo isto, fica-se tentado a imaginar o que fizeram os bibliotecários antes disso. Não realizaram eles por tanto tempo a atividade de seleção, escarafunchando índices e bibliografias, pesquisando em *reviews* e tudo quanto é material de divulgação? Não receberam sempre um número maior de pedidos de compra que a verba disponível para aquisição, tendo que estabelecer prioridades na efetivação das compras? Não fizeram contatos com livreiros, com agentes, buscando adquirir o material da forma menos dispendiosa? Não receberam doações? Não descartaram material? Não fizeram inventários ou avaliações do acervo? A final, por que toda esta celeuma em torno de algo que os bibliotecários já vêm fazendo, desde sempre, no dia-a-dia de suas bibliotecas? Pois é, ótimas perguntas. E talvez a resposta esteja exatamente aí, na rotina do dia-a-dia. Pode ser que — e isto é apenas uma suposição —, realizando rotineiramente algumas das atividades ligadas à coleção, não tenham jamais se preocupado em enxergar o objeto das mesmas além do cotidiano, aceitando tacitamente que aquele era um terreno sobre o qual nunca se poderia mesmo ter uma grande possibilidade de controle. Com tudo isto, graças ao trabalho abnegado dos bibliotecários, as coleções foram crescendo, crescendo, crescendo até que... não, não chegaram a estourar.

A explosão, na realidade, ocorreu em um outro nível: no posicionamento dos profissionais perante a questão do desen-

volvimento de suas coleções. É muito provável, aliás, que uma outra explosão, a tão falada “explosão bibliográfica”, tenha, esta sim, exercido muita influência nesta mudança de atitude, colocando definitivamente no passado a era do desenvolvimento de grandes coleções compreensivas. Ficou mais claro para os bibliotecários que, se pretendiam manter as bibliotecas pelas quais eram responsáveis como organismos vivos e atuantes, deveriam necessariamente mudar a ênfase de seu trabalho da acumulação pura e simples do material para o acesso ao mesmo. Sinal dos tempos, que, através dos modernos sistemas de comunicação, tornou as coleções, mesmo as mais retrospectivas delas, acessíveis a nível mundial. Hoje, através do compartilhamento de recursos informacionais que —, praticamente, não conhece fronteiras —, o limite para o uso das coleções passou a ser o próprio limite do conhecimento recuperável. Como pensar, diante disto, em armazenar apenas para si? Está bem claro que nenhuma biblioteca pode ser auto-suficiente, dando-se ao luxo de suprir todas as necessidades de seus usuários com recursos próprios. Esta é uma ilusão da qual, por mais tentadora que seja, os bibliotecários devem procurar fugir. Na realidade, é uma aspiração humanamente impossível de concretizar. Passou o tempo do bibliotecário armazenador de livros — os formatos já são em número bastante elevado e estão presentes em praticamente todas as bibliotecas —, a tentar conseguir manter sob sua guarda a totalidade do conhecimento humano... Chegou o tempo da biblioteca abrir-se a todas as fontes de informação, e o bibliotecário tornar-se a ponte entre o acervo sobre o qual

tem a responsabilidade e um usuário cuja exigência cresce exponencialmente. Mais ainda, ponte entre este usuário e o universo de fontes de informação, estejam elas onde estiverem, entre as quais a coleção da biblioteca será apenas uma parcela. E é por isso mesmo que este se caracteriza como o tempo do planejamento de acervos seletivos, dinâmicos, não meros agrupamentos de livros e alguns outros poucos materiais. Acervos integrados à comunidade.

Sem dúvida, uma mudança muito radical esta, ocorrida com uma rapidez surpreendente, chegando mesmo a pegar alguns profissionais de surpresa. Não é, também, uma tarefa fácil, pois exige uma transformação de mentalidade. Mas parece ter sido, exatamente por isso, uma mudança bastante benéfica, haja vista a escassez de recursos econômicos, sempre uma constante nas bibliotecas. Talvez, quando usuários e administradores culturais descobrirem que as verbas aplicadas em bibliotecas e centros de documentação não estão sendo dispendidas aleatoriamente na aquisição de materiais inadequados, comecem a chegar maiores volumes de recursos financeiros às mãos dos bibliotecários. Ingenuidade isto? Até pode ser. De qualquer forma, o desenvolvimento de coleções, aliado a outros fatores — formação dos profissionais, reconhecimento social da profissão, etc. —, poderá contribuir em grande medida para que as instituições responsáveis pela guarda e disseminação da informação — entre as quais as bibliotecas são, pelo menos em um país subdesenvolvido como o nosso, ainda a maior parte — tenham reconhecido o seu valor. Sonhar é possível?

O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

Tendo convencido o bibliotecário desavisado dos motivos favoráveis ao desenvolvimento de coleções e porquês desta mudança de atitude dos profissionais em nível mundial, agora o tenho entusiasmado com isto — pelo menos, é esta a minha esperança —, e disposto a sair pelo mundo desenvolvendo todas as coleções que lhe apareçam pela frente ou venham a cair-lhe às mãos. Necessário é, portanto, refreá-lo. Calma! Calma! Calma! Desenvolvimento de coleções é, acima de tudo, um trabalho de planejamento — algumas vezes sou tentado a denominá-lo de planejamento de acervos, o que, provavelmente, é muito mais sonoro... — e, sendo um trabalho de planejamento, exige comprometimento com metodologias. Não é, efetivamente, algo assim tão simples como pode parecer à primeira vista. Na realidade, trata-se de um processo que, ao mesmo tempo, afeta e é afetado por muitos fatores externos a ele. E, como processo, é, também, ininterrupto, sem que se possa indicar um começo ou um fim. Não é algo que começa hoje e tem um prazo estipulado para seu término. Nem é, tampouco, um processo homogêneo, idên-

tico em toda e qualquer biblioteca. O tipo de biblioteca, os objetivos específicos que cada uma delas busca atingir, a comunidade específica a ser atendida, influem grandemente nas atividades do desenvolvimento de coleções, como veremos a seguir.

Esta visão do Desenvolvimento de Coleções como um processo, abordado de uma perspectiva sistêmica, é muito importante para transmitir a noção de que as atividades ligadas à coleção não podem ser encaradas isoladamente. O modelo do processo, elaborado pelo bibliotecário norte-americano G. Edward Evans, é, aliás, muito elucidador a este respeito (figura 1), pois mostra o caráter cíclico do desenvolvimento de coleções, sem que uma etapa chegue a distinguir-se das outras. Estão todas em pé de igualdade, girando em torno de um pequeno círculo onde se situam os bibliotecários responsáveis pelo desenvolvimento da coleção. Ao redor dos componentes do processo, servindo como subsídio a todos eles — à exceção única a da etapa de aquisição —, encontra-se a comunidade a ser servida. Desta forma, o modelo cobre o processo inteiramente, não se limitando a tratar o desenvolvimento de coleções como se fosse apenas as atividades de seleção e aquisição, erro muito comum em que incorrem bibliotecários desprevenidos. A figura é bastante esclarecedora por mostrar que este é um processo ininterrupto, sem começo ou fim, tendo necessariamente que se tornar uma atividade rotineira das bibliotecas, garantia única para sua total efetividade. Procura o bibliotecário norte-americano demonstrar que todas as etapas devem necessariamente estar

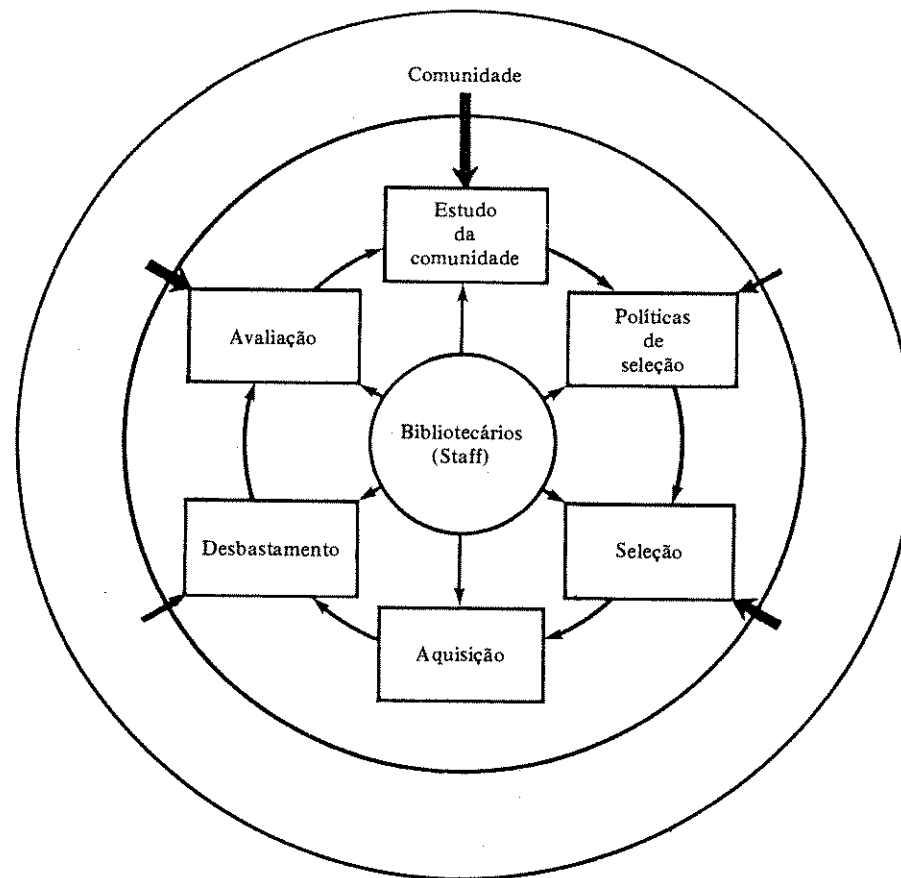


Figura 1 — Processo de desenvolvimento de coleções.

presentes, em toda e qualquer biblioteca, como atividades normais e rotineiras — como o são a catalogação, a classificação, o empréstimo e a elaboração de relatórios —, não procedendo, absolutamente, aquela velha desculpa, tão utilizada pelos bibliotecários, de que não realizam uma ou outra etapa ou fase do processo de desenvolvimento de coleções — usualmente a avaliação ou o estudo de comunidade — por absoluta falta de tempo. A partir do momento em que se passa a considerar o desenvolvimento de coleções como atividade rotineira das bibliotecas — afinal, as coleções não se desenvolvem no vazio, fruto de geração espontânea... —, qualquer desculpa para a não realização de todas as fases do processo perde sua razão de ser. Mas esta, a colocação do desenvolvimento de coleções no mesmo nível das demais atividades das bibliotecas — e não como um luxo ao qual se podem dar apenas alguns bibliotecários mais privilegiados em termos de tempo e pessoal auxiliar —, é uma luta árdua. Existem, sabemos bem, diversos empecilhos para a sua concretização, empecilhos estes que vão desde barreiras psicológicas em relação a algumas fases do processo — como o descarte, por exemplo —, até a quase total incapacidade de muitos profissionais para pensar a coleção como um vir-a-ser, ou seja, como objeto de reflexão e planejamento, passando pela dificuldade que muitos encontram para colocar, em termos claros, o que desejam alcançar e sob que critérios nortear seu procedimento. Em suma, falta, muitas vezes, a visão da coleção como um todo, ficando-se preso a pontos fatuais ou a detalhes que não são o essencial do trabalho de

desenvolvimento de coleções. Como aquele episódio com nativos africanos, quando pela primeira vez lhes foi exibido um filme cinematográfico: ficaram extasiados com a cena da galinha, o que muito impressionou os exibidores, pois no filme, segundo se sabia até então, não existia galinha alguma. Repetida a exibição, notaram surpreendidos que realmente, em determinado momento do filme, uma daquelas aves passava correndo por um canto da tela. Na realidade os nativos, desacostumados àquela linguagem de comunicação de massa, não conseguiam enxergar a tela como um todo, fixando sua atenção em partes da mesma. Questão de falta de contato com o meio de comunicação ou de domínio daquela linguagem específica, concluíram os estudiosos do assunto. Os bibliotecários, em seu relacionamento com as coleções, correm o risco de também — figurativamente falando — estarem a ver galinhas atravessando os cantos da tela. Falta de domínio sobre o processo de desenvolvimento de coleções, pode-se imaginar. Felizmente, algo sanável.

Para início de conversa, deixemos bem claro que, embora o processo esteja presente por inteiro em todas as bibliotecas, é lógico que ele não ocorrerá da mesma forma em cada uma delas. Parece bastante evidente que a coleção de uma biblioteca pública não se desenvolverá da mesma forma que a de uma biblioteca universitária, escolar ou especializada. As ênfases, em cada uma delas, serão diferentes. Se não, vejamos:

a) Bibliotecas públicas: possuem uma clientela mais dinâmica, diversificada, que deve ser acompanhada com

bastante atenção devido à mudança de gostos e interesses. As necessidades informacionais da comunidade servida pela biblioteca pública variam quase que na mesma proporção em que variam os grupos, organizados ou não, presentes na mesma. O trabalho de análise da comunidade parece ser, assim, aquele que maior ênfase deve receber por parte do bibliotecário, não se descartando, porém, exatamente em virtude das flutuações detectadas pelos estudos de comunidade, um cuidado especial com a seleção de materiais, devidamente alicerçada em uma política de seleção. Boa ênfase nas atividades de avaliação e desbastamento parece ser, também, uma característica do desenvolvimento de coleções em bibliotecas públicas, principalmente para atender a demanda imediata dos usuários;

b) Bibliotecas escolares: existem — ou, pelo menos, deveriam existir — para dar suporte às atividades pedagógicas das unidades escolares. Mais que isto: devem estar integradas no processo educacional. A coleção das bibliotecas escolares segue, na realidade, o direcionamento do sistema educacional vigente. A ênfase está, portanto, muito mais na seleção de materiais para fins didáticos — normalmente alicerçada em uma política de seleção que tem sua base no currículo ou programa escolar. O desbastamento da coleção irá acompanhar as mudanças nos programas e/ou currículos;

c) Bibliotecas universitárias: devem atender aos objetivos da universidade, a saber, o ensino, a pesquisa e a extensão

à comunidade. Isto vai exigir, quase que necessariamente, uma coleção com forte tendência ao crescimento, pois atividades de pesquisa exigem uma grande gama de materiais para que o pesquisador possa ter acesso a todos os pontos de vista importantes ou necessários. A seleção, no caso, não é o que há de mais importante, pois a biblioteca precisa ter um volume de recursos informacionais suficiente para dar suporte à pesquisa realizada tanto por docentes como por alunos de pós-graduação. Da mesma forma, a comunidade é relativamente homogênea, não exigindo estudos ou avaliações de grande monta. A ênfase maior, no caso, parece estar muito mais no desbastamento e avaliação da coleção, medidas necessárias para otimização do acervo. As bibliotecas das chamadas “instituições isoladas de ensino superior”, no entanto, contrariamente às de bibliotecas ligadas às universidades, exatamente por não terem que prestar suporte à pesquisa, norteiam o desenvolvimento de suas coleções apenas pelas exigências dos programas ou currículos dos cursos por elas oferecidos;

d) Bibliotecas especializadas ou de empresas: existem para atender às necessidades das organizações a que estão subordinadas e, por isso — mais do que qualquer uma das outras —, têm seus objetivos muito melhor definidos. Provavelmente, a diferença maior no desenvolvimento de coleções de bibliotecas especializadas é a presença, com muito maior frequência, de materiais não convencionais — relatórios, patentes, pré-prints, etc. —, que exigem dos bibliotecários um

enorme esforço para localização e obtenção do itens desejados.

Existem, no geral, muitos outros fatores que afetam o processo de desenvolvimento de coleções, além do tipo de biblioteca em que o mesmo se dá. Não devem ser esquecidas ou subestimadas, por exemplo, as influências das indústrias produtoras de materiais para bibliotecas — indústria livreira, fonográfica, etc. — sobre o trabalho dos bibliotecários para desenvolvimento de suas coleções, pois são essas indústrias, em última análise, que irão controlar o que estará ou não disponível para aquisição por parte das bibliotecas. Por outro lado, esquemas empresariais para divulgação e *marketing* dos produtos geram na comunidade uma série de interesses cujo atendimento implica, na realidade, resposta não aos interesses dos usuários ou da comunidade, mas ao esquema promocional montado pelas indústrias. O que vai exigir dos bibliotecários, sem nenhuma dúvida, um cuidado extra para não cair no erro de atender apenas a necessidades fabricadas pelos *media*...

Não se pode esquecer, também, a influência que exercem as coleções de outras bibliotecas no desenvolvimento da coleção de uma biblioteca específica. Como disse anteriormente, nenhuma biblioteca pode dar-se ao luxo de bastar-se a si mesma, tendo necessariamente que levar em consideração os recursos disponíveis em instituições congêneres de fácil acesso, buscando, na medida do possível, compartilhar suas posses com as outras, ao mesmo tempo que faz uso das alheias. É, além de uma medida de economia dos poucos recursos financeiros disponíveis para aquisição, uma forma de prestar

melhores serviços aos usuários, que terão ampliado o universo de materiais à sua disposição. Apesar de programas efetivos de colaboração entre bibliotecas apresentarem problemas devidos à falta de infra-estrutura, nunca é demais frisar que a persistência deve ser mantida, buscando o aperfeiçoamento do serviço. Se, em países mais privilegiados em termos de recursos econômicos, esta é uma medida de racionalização, em países subdesenvolvidos, então, é, praticamente, uma medida de sobrevivência...

Além do mais, o desenvolvimento de coleções, como atividade de planejamento, deve ter um plano detalhado pre-estabelecido, a fim de garantir um mínimo de continuidade ao processo e correções de rota, quando necessárias. É o que se costuma chamar, genericamente, de estabelecimento de uma política para o desenvolvimento da coleção, um documento onde se detalhará quem será atendido pela coleção, quais os parâmetros gerais da mesma e com que critérios esta se desenvolverá. Algo que, por sua importância, merece um capítulo à parte.

POLÍTICAS PARA DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

As razões para a elaboração de políticas para o desenvolvimento de coleções parecem mais que evidentes, a começar por razões econômicas, ou seja, a necessidade de se dispor de um guia racional para alocação de recursos, muito embora não se possa — ou não se deva — pensar em elaborar políticas apenas tendo como alvo a provável economia de recursos que se poderia obter por seu intermédio. Mas, de qualquer forma, razões econômicas exigem a determinação de prioridades, pois normalmente não se tem — e, provavelmente, jamais se irá ter — verbas suficientes para aquisição de todos os materiais de interesse; ou, se verbas existissem, provavelmente não se teria o espaço ou o pessoal necessário para acomodação e preparo dos materiais adquiridos. Assim, o estabelecimento de uma política para o desenvolvimento de coleções surge, para dizer o mínimo, como medida de bom senso, apesar de que não se deve generalizar e daí concluir que a função principal do desenvolvimento de coleções é a de economizar as verbas da biblioteca.

Os propósitos de uma política, na realidade, são muito mais amplos do que se sugeriu no parágrafo anterior. Trata-se de deixar clara a filosofia a nortear o trabalho bibliotecário no que diz respeito à coleção. Mais exatamente, trata-se de tornar público, expressamente, o relacionamento entre o desenvolvimento da coleção e os objetivos da instituição a que esta coleção deve servir, tanto por causa da necessidade de um guia prático na seleção diária de itens, como devido ao fato de ser tal documento uma peça-chave para o planejamento em larga escala. Além do mais, poderíamos dizer que o processo mesmo de elaboração desta política tem uma função pedagógica, digamos assim, à medida que propicia ao bibliotecário oportunidade de auto-avaliação e reflexão sobre sua prática de desenvolvimento da coleção. Acrescente-se, também, que apenas a existência de tal documento pode garantir, pelo menos no limite do possível, uma coleção consistente e um crescimento balanceado dos recursos informacionais da biblioteca. Ou seja: a política irá funcionar como diretriz para as decisões dos bibliotecários em relação à seleção do material a ser incorporado ao acervo e à própria administração dos recursos informacionais. É ela que irá prover uma descrição do estado geral da coleção, apontar o método de trabalho para consecução dos objetivos e funcionar como elemento de argumentação do bibliotecário, dando-lhe subsídios para discussão com autoridades superiores, tanto para a obtenção de novas aquisições como para recusa de imposições estapafúrdias.

A elaboração de um documento que contenha a política

para o desenvolvimento da coleção não é tarefa das mais fáceis e exige grande dose de planejamento e estudo. O ideal é que tal documento surja como resultado de negociação entre o bibliotecário, responsável pelo desenvolvimento da coleção, e aqueles a quem a mesma se destina. Para elaborar o documento, no entanto, é necessário que se tenha em mãos uma grande variedade de dados, destacando-se:

- a) o estado atual da coleção, seus pontos fortes e fracos;
- b) a comunidade a ser servida;
- c) outros recursos disponíveis, tanto localmente como através de empréstimo entre bibliotecas.

Sem estes dados não se pode, sob risco de obter resultados indesejáveis ou inadequados, iniciar a elaboração da política.

Foge um pouco aos objetivos deste trabalho o fornecimento de um modelo de políticas para o desenvolvimento de coleções. É relativamente fácil encontrar modelos de políticas utilizadas por outras bibliotecas, inclusive na literatura em língua portuguesa, muitas vezes recebendo denominações outras, como política de seleção ou carta de aquisição; todas podem servir ao bibliotecário como subsídio, desde que ele atente em que os objetivos de uma política para o desenvolvimento da coleção são muito mais amplos, ambiciosos mesmo, que os de uma política de seleção e faça as adaptações necessárias, incluindo políticas específicas para avaliação do acervo e da comunidade cujas necessidades se pretende aten-

der. No correr do tempo, em suma, uma boa política deve informar aos bibliotecários sobre:

- a) que material fará parte da coleção (tanto em termos de conteúdo quanto de formato, incluindo a política da biblioteca para acesso aos materiais cuja posse não lhe é de interesse);
- b) quando e sob quais condições este material poderá ingressar no acervo (políticas de seleção, aquisição, doação, etc.);
- c) que necessidades específicas e de que parcelas da comunidade ele deve atender (incluindo-se os métodos para obtenção destas informações);
- d) como será avaliada a importância do material para a biblioteca, uma vez incorporado à coleção (métodos para avaliação da coleção);
- e) quando e sob quais condições ele será retirado do acervo (políticas de remanejamento e descarte).

Além disso, deverá constar do documento quem, em última análise, é o responsável pela tomada das decisões previstas e estipuladas na política para o desenvolvimento da coleção, ou seja, se o bibliotecário sozinho é quem decide, se alguém o fará em seu lugar ou se estas decisões serão tomadas em conjunto com grupos formalmente instituídos para este fim (comissões de seleção).

A política para desenvolvimento de coleções não precisa ser necessariamente um documento extenso, mas, isto

sim, um documento completo, onde se apresentem diretrizes para as decisões a respeito da coleção, deixando o mínimo de coisas possível sem previsão; tal só deve acontecer em casos absolutamente não previsíveis — e eles existem —, quando, então, o bibliotecário — ou quem for responsável pela seleção — terá que tomar uma decisão *ad hoc*, passando esta decisão, daquele momento em diante, a fazer parte da política para o desenvolvimento da coleção. O documento contendo a política deve ser suficientemente flexível para admitir essas inclusões e, ao mesmo tempo, ser suficientemente dinâmico de modo a admitir modificações ou correções. E estas virão, necessariamente, quando o bibliotecário procurar acompanhar a comunidade a que está servindo, a qual, com diferenças substanciais dependendo do tipo de biblioteca, tende inexoravelmente a modificar-se. Este acompanhamento, que costuma ser chamado de estudo de comunidade, será o objeto do próximo capítulo.

ESTUDO DE COMUNIDADE

A pergunta que poderia agora ser feita seria: afinal, o quê, em verdade, é esta comunidade que a biblioteca deve servir? É, em muitos casos, algo bastante nebuloso, disperso, quase impossível de ser apontado com clareza; em outros, no entanto, é algo tão específico e minúsculo — pelo menos aparentemente — que qualquer definição pode ser mais larga do que ela. Pois, para cada tipo de biblioteca, a comunidade irá variar — e isto é mais que evidente. Para a biblioteca pública, comunidade são todas as pessoas que residem na jurisdição política servida por ela; para a biblioteca escolar, são todos os alunos matriculados na instituição e, também, os professores a atendê-los; para a biblioteca universitária, são os corpos docente e discente e, eventualmente, também os funcionários; para a biblioteca especializada, é a companhia, a instituição comercial, a fundação ou empresa que a criou. De qualquer forma, a comunidade não é, absolutamente — e este é um equívoco no qual facilmente incorrem muitos bibliotecários —, apenas e tão somente o usuário real, aquele que vai com grande frequência à biblioteca e se torna, com o tempo, quase íntimo do profissional responsável por ela. Não, ela é,

necessariamente, mais que isso. Uma coleção, em seu desenvolvimento, deve levar em consideração as necessidades da comunidade de uma maneira ampla e não somente as do usuário real, pois a biblioteca, como uma instituição essencialmente democrática — principalmente a pública —, deve atender todos os membros da comunidade, no que diz respeito a suas necessidades informacionais, e não a alguns poucos que, eventualmente, por um motivo ou outro, já se encontram a utilizá-la. O bibliotecário deve zelar — quase se poderia dizer policiar-se... — para não confundir as necessidades ou demandas daqueles usuários que lhe estão mais próximos com as necessidades reais da comunidade a que deve atender. Se, para o planejamento bibliotecário em geral, isto é comprometedor, para o desenvolvimento de coleções, então, isto é, na maioria das vezes, quase catastrófico.

A chave da questão parece estar no ponto levantado acima: as necessidades informacionais da comunidade como um todo. Isto traz, para os serviços bibliotecários, uma dupla dificuldade, na medida em que exige o conhecimento tanto da comunidade a que se deve servir, como, também, a percepção de quais são as necessidades informacionais da mesma. Mais ainda: exige também a definição, por parte do profissional, de quais necessidades da comunidade — uma vez conhecidas — cabe a ele, por intermédio dos serviços que oferece, tentar atender. Isto exigirá, é claro, o estabelecimento de prioridades, pois parece ser relativamente pacífico que nenhuma coleção poderá satisfazer a todas as necessidades informacionais de sua comunidade — entendidas estas de uma ma-

neira bem ampla, de modo a incluir, quando for o caso, também as necessidades por informação utilitária e recreacional. E exigirá, também, a definição de prioridades de atendimento em relação à comunidade em si, levando em conta o acesso de algumas parcelas da mesma a outras instituições fornecedoras de informação — em alguns casos, outras bibliotecas —, mais aptas a atendê-las.

O trabalho de análise da comunidade não é, absolutamente, em um primeiro momento, dos mais fáceis de realizar, principalmente para bibliotecários de países subdesenvolvidos, como é o nosso caso, onde o domínio de técnicas de pesquisa — devido, entre outras coisas, a falhas da formação educacional — não é um atributo dos profissionais; estes, numa proporção muito maior do que a desejável, só conhecem de técnicas de pesquisa as atividades ligadas ao levantamento da opinião dos usuários sobre os serviços da biblioteca em que atuam, realizados, as mais das vezes, com a utilização de formulários mal-elaborados e malredigidos (tanto que o resultado, normalmente, é descobrir a “completa” e “total” satisfação do usuário em relação aos serviços recebidos, a coleção inclusive...). Esta dificuldade, no entanto, não deve ser motivo para esmorecimento por parte dos profissionais, pois as atividades bibliotecárias necessitam ser realizadas com maior nível de profissionalismo, sob risco de ficarmos eternamente medindo a satisfação de um usuário — que não é, nem de longe, o usuário ideal —, cujo nível de exigência em relação à biblioteca parece ser o menor possível, tanto por seu desconhecimento das potencialidades informacionais dis-

possíveis no órgão como por sua timidez ou despreparo — até mesmo falta de costume... — para exigir de serviços públicos o que por obrigação — afinal, são mantidos com o dinheiro de impostos — deveriam oferecer. Apenas o trabalho sério de pesquisa das necessidades da comunidade a ser servida pela biblioteca permitirá que se escape deste círculo vicioso. Uma tarefa relativamente árdua, embora, mais do que nunca, necessária.

Boa parte do levantamento de dados sobre a comunidade não será feito pessoalmente pelo bibliotecário, o qual irá lançar mão, para sua coleta, de fontes oriundas de instituições cujos objetivos, entre outras coisas, englobam também a coleta de dados. Órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos (DIEESE), as federações da Indústria e do Comércio, as secretarias de Estado, os ministérios, etc., publicam os resultados de suas coletas, que podem ser muito úteis aos profissionais para delimitação das características da comunidade a ser servida pela biblioteca; apenas aqueles dados impossíveis de serem obtidos em fontes preexistentes é que serão objeto de levantamento pessoal, através de pesquisa de campo. Para ter em mãos um diagnóstico suficientemente preciso de sua comunidade, o bibliotecário necessitará obter, em linha gerais, dados relativos às seguintes características:

a) Históricas: dados referentes a antecedentes históricos da comunidade, principalmente no que diz respeito à sua

evolução e crescimento, que poderão trazer-lhe subsídios para melhor compreensão do ponto em que esta comunidade se encontra atualmente;

b) Demográficas: número de habitantes, idade, sexo, nacionalidade, taxas de natalidade e mortalidade, caráter urbano ou rural da comunidade etc.;

c) Geográficas: direção de crescimento físico da comunidade, levando em consideração, entre outras coisas, a existência ou não de barreiras para a expansão da comunidade e a distribuição da população na área de abrangência da biblioteca;

d) Educativas: grau de analfabetismo existente, nível de instrução da população, instituições educacionais e o número de estudantes matriculados, cursos de férias, iniciativas educacionais ligadas a grupos com interesses variados, como é o caso de igrejas, associações, sindicatos, indústrias, etc.;

e) Sócio-econômicas: atividades econômicas mais importantes, visando principalmente identificar se estas atividades ocorrem todo o tempo ou se são sujeitas a variações; nível econômico da população e taxa de desemprego; é necessário, também, coletar informações sobre os serviços públicos existentes na área de saúde e assistência. Nível de organização da comunidade no que diz respeito à existência de organizações comunais e vicinais e à identificação dos líderes da comunidade;

f) Transporte: combinado com os fatores geográficos, visa determinar os pontos de serviço mais apropriados. Além da determinação da existência ou não dos meios de transporte

públicos, deve-se levantar, também, dados referentes a horário de funcionamento, intervalo, preço e nível do serviço oferecido;

g) Culturais e informacionais: organizações e grupos culturais existentes, expressões culturais características da comunidade, eventos culturais realizados com maior frequência. Acrescente-se, ainda, a estes dados relativos especificamente a questões culturais, outros dados relacionados com os sistemas de comunicação disponíveis na comunidade: canais de televisão, estações de rádio AM e FM, jornais, principais periódicos de acesso à população, etc. Além disso, deve-se coletar dados sobre as demais instituições fornecedoras de informações existentes na comunidade, visando, principalmente, tanto a um provável compartilhamento de recursos como à possibilidade de um programa efetivo para aquisição cooperativa; isto vai incluir não apenas as outras bibliotecas e centros de documentação da comunidade — com os quais os programas de cooperação são exequíveis —, mas também a posse de conhecimentos sobre outras fontes, como as livrarias, as bancas de jornais e as discotecas;

h) Políticas e legais: envolvem questões como a determinação de onde se localiza a autoridade sob a qual a biblioteca se encontra subordinada, ou seja, a que órgãos ela se subordina, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento da coleção. Os dados políticos vão abranger questões outras, entre as quais destaca-se a existência ou não de partidos e/ou correntes políticas

na comunidade e a influência que estes partidos ou correntes políticas têm sobre a comunidade como um todo.

A posse de todos estes dados — ou, pelo menos, da maior quantidade possível deles — permitirá ao bibliotecário — aí, sim, utilizando grandemente as técnicas de pesquisa de campo, tais como a entrevista e o questionário —, determinar as necessidades informacionais da comunidade a que ele pretende atender, considerando não apenas os dados quantitativos da população, mas também o direcionamento para aqueles cujo atendimento representa maior benefício social para a comunidade. Estas necessidades, uma vez definidas através da análise aprofundada de todos os dados coletados, irão guiar não apenas todas as etapas do desenvolvimento da coleção, mas também todo o planejamento do serviço bibliotecário, incluindo aqui tanto o serviço técnico de processamento do material adquirido como, também, os serviços de referência, de *marketing*, o balcão de informações utilitárias e os trabalhos de ativação e animação cultural, para não falar das atividades ligadas à ação cultural, hoje praticamente incorporadas à rotina das bibliotecas públicas.

Esta última observação levou-me a constatar que este capítulo ficou muito mais voltado para as bibliotecas públicas que às bibliotecas em geral. Isto, de uma certa forma, é até bastante lógico, pois é este tipo de biblioteca — pelo menos em termos de Brasil — o que mais se ressentiu da falta de estudos de comunidade, exatamente por ser o que possui uma clientela potencial com maior dinamicidade (paradoxalmente

é, também, a categoria de bibliotecas na qual menos estudos são realizados, segundo mostra a literatura nacional). Não que as outras bibliotecas venham eventualmente a prescindir, por seu lado, deste tipo de estudos. Muito pelo contrário. A experiência parece apontar, no entanto, que são as bibliotecas públicas as que necessitam estar mais constantemente a par das mudanças por que passa sua comunidade, a fim de não ter o desenvolvimento de sua coleção comprometido pelas mesmas, risco ao qual estão muito mais vulneráveis. Isto irá trazer, sem dúvida, um maior volume de serviço aos bibliotecários. Muitos deles objetarão, provavelmente, que apesar de não terem realizado, até agora, estudos de comunidade, suas bibliotecas conseguiram sobreviver e, aliás, vão muito bem, obrigado. A pergunta que se lhes poderia colocar é até quando poderão elas simplesmente “sobreviver”, como o fizeram até agora, principalmente quando se vê a proliferação de firmas que provêem informações e serviços semelhantes aos providos pelas bibliotecas, com a única diferença de que as primeiras cobram uma taxa por tal fornecimento — o suficiente para garantir-lhes um lucro razoável com tal trabalho —, enquanto as bibliotecas o fazem sem ônus direto para o usuário. Isto é, provavelmente, um sinal de que as bibliotecas — e, com elas, os próprios bibliotecários — estão perdendo espaço como provedores de informação, o que pode comprometer o futuro de muitas bibliotecas ora existentes...

O que se tentou passar com tudo o que foi dito é que as coleções precisam necessariamente ter um vínculo estreito com a comunidade à qual se pretende que sirvam. Não podem

ir inchando “amebicamente”, sem controle algum, mesclando de forma aleatória os fundos disponíveis para aquisição com as preferências pessoais do bibliotecário ou do usuário. O desenvolvimento da coleção deve ter um plano predeterminado, que deve ser seguido e modificado à medida que as necessidades informacionais da comunidade vão-se modificando. Todo o trabalho de triagem do material a ser incorporado ao acervo — a seleção — deve ter em vista este plano, consubstanciado na política para o desenvolvimento da coleção. Desta forma, o trabalho diário de seleção de materiais — sem dúvida, o elemento do processo mais familiar ao dia-a-dia do bibliotecário — deixará de ser uma atividade isolada, dispersa, sem objetivos, como se tentará mostrar em seguida.

A SELEÇÃO COMO ATIVIDADE TÉCNICA E INTELLECTUAL

Por muito tempo, os profissionais consideraram a atividade de seleção como se fosse uma arte, concepções esta que trazia muitas implicações para o trabalho bibliotecário, pois, sendo arte, exigia uma capacidade ou aptidão especiais, quase que uma qualidade inata ao indivíduo. Felizmente, esta concepção foi abandonada e a atividade de seleção passou a ser encarada como uma técnica especializada, fornecida por conhecimento e experiência, criticamente testada e acompanhando princípios gerais. Esta desmistificação, digamos assim, da atividade de seleção de materiais permitiu um enfoque muito mais pragmático — ou científico — da questão. Afinal, diante da expansão desenfreada da produção editorial e dos recursos sempre insuficientes para a aquisição de materiais, é preciso deixar claros os critérios que nortearão a opção por determinados materiais em prejuízo de outros. E mesmo que, porventura, recursos suficientes venham um dia a existir — o que é uma utopia —, a atividade de seleção não poderia nunca ter sua importância subestimada, pois nenhum recurso extra justifica a incorporação ou aquisição de materiais inadequa-

dos. Da mesma forma, não se pode permitir que a ânsia por novas tecnologias aplicadas ao serviço bibliotecário venha a colocar em segundo plano a preocupação pela seleção de materiais que visam beneficiar a coleção como um todo. É preciso tomar especiais cuidados para evitar que a utilização de novas tecnologias para tratamento, disseminação ou recuperação da informação — para o quê, é claro, são de importância indiscutível — possam vir a comprometer outra das finalidades dos serviços de informação e biblioteca: a constituição e planejamento de acervos que sejam reflexo de uma comunidade específica. Até o momento, pelo menos, ninguém ainda conseguiu convencer-me de que qualquer computador do mundo, seja ele qual for, tenha que capacidade tiver, conseguirá tornar útil a seus usuários uma coleção malseleccionada, malplanejada, maldesenvolvida e que não possua qualquer relação com a comunidade por ela servida. Este parece ser o risco maior que se corre e ao qual se deve estar cada vez mais atento. Verba demasiada já foi dispendida na compra de materiais inadequados em bibliotecas e centros de documentação, desde recursos informacionais adquiridos aleatoriamente a máquinas que depois se mostraram trambo-lhos indesejáveis e incômodos, devido a uma aquisição desprovida de qualquer tipo de critério.

Não se pretende, aqui, apresentar quaisquer critérios universalmente aceitos para guiar os bibliotecários em sua prática de seleção. Em primeiro lugar, porque não acredito, absolutamente, na aplicabilidade de critérios universais e, em segundo, porque para cada critério existe pelo menos um que

Ihe é diametralmente oposto. O estabelecimento de critérios de seleção é uma tarefa bastante individual, subjetiva mesmo, que deve ser realizada pelos profissionais levando em consideração a comunidade a que estão servindo, os recursos disponíveis para aquisição e as próprias características do assunto ou do material objeto da atividade de seleção, o que não quer dizer que será o bibliotecário a realizá-la pessoalmente. Na realidade, a decisão sobre quem dará a última palavra na seleção de materiais é uma questão bastante delicada pois envolve, muitas vezes, esferas de influência além daquelas privativas do profissional de biblioteconomia. A seleção realizada em grupo, por intermédio de comissões compostas tanto por usuários como por profissionais, parece constituir-se na modalidade a trazer maior número de vantagens, entre as quais pode-se salientar a de funcionarem como canal para divisão da responsabilidade pela seleção com a própria comunidade servida por ela, além de levar a comunidade, de uma certa forma, a participar mais ativamente da gestão da biblioteca. Mas esta é, além de tudo, uma decisão política sobre a qual nem sempre os profissionais possuem a influência que desejariam, sendo, em alguns casos, quase que totalmente alijados desta etapa do processo de desenvolvimento de coleções; transformam-se, então, em meros executores de decisões tomadas em outras esferas e/ou escalões da administração. Quer me parecer, no entanto, que os bibliotecários — pelo menos a grande maioria deles — têm efetivamente algo para contribuir à seleção de materiais para as coleções sob sua responsabilidade, e que a luta para participar

deste trabalho da maneira mais eficaz possível é uma obrigação à qual não se deve furtar nenhum profissional.

Interessa, neste momento, muito mais que enumerar critérios de seleção, transmitir a noção de que estes são imprescindíveis ao desenvolvimento de qualquer coleção. O estabelecimento de uma política de seleção, como parte integrante de uma política maior, mais global, para o desenvolvimento da coleção, é, sem dúvida, um passo importante e necessário para transformar um grupo de materiais informacionais, abrigados em um edifício ao qual se convencionou denominar de biblioteca, em um verdadeiro projeto informacional. Já que biblioteca alguma, como anteriormente citado, jamais poderá ter a posse de todo o universo informacional disponível em seu campo de atuação, é preciso que sejam estabelecidas as regras — os bibliotecários, como alguém já disse, adoram regras... — para extrair deste universo aquela fração que interessa à biblioteca possuir. E esta é, essencialmente, uma atividade bastante técnica e intelectual, cujo critério primeiro a guiá-la será, sem sombra de dúvida, a comunidade a ser servida. É claro que a velha celeuma entre selecionar pela demanda e selecionar pela qualidade poderia ser levantada novamente, mas ela não parece ser assim tão crítica; mais importante é, a meu ver, que a decisão a nortear a atividade de seleção, seja pela demanda, seja pela qualidade do material, tenha como parâmetro, ela também, a comunidade a ser atendida. Particularmente, acho difícil acreditar na possibilidade prática de deixar de atender à demanda da comunidade, pois, mesmo quando se seleciona

com base em um determinado “padrão de qualidade”, está-se pretendendo atender a uma demanda — ainda não manifestada, muitas vezes —, que se pretende gerar através de trabalhos de promoção do material selecionado ou de esquemas para educação do usuário. Acima de tudo, parece ser esta uma questão de — para usarmos uma expressão muito em moda hoje em dia — “postura” do bibliotecário... De qualquer modo, toda decisão de seleção deverá ser primordialmente guiada pela comunidade a que se pretende atender. Ou seja: o recorte será diferenciado, para cada tipo de público. Se não, vejamos:

a) em bibliotecas públicas, a seleção de materiais deverá ter em vista a própria diversificação da clientela, tendo uma abrangência bastante ampla, a fim de atender tanto às necessidades de informação — sejam elas por informação escolar formal ou por informação utilitária —, como às necessidades recreacionais da comunidade. O recorte, no caso de bibliotecas públicas, ao que tudo indica, deverá situar-se em torno, digamos assim, de um nível médio, do material, tendo um menor peso na escolha itens que se situem em um nível muito complexo de tratamento do assunto, propensos a dificultar seu entendimento pelo leitor comum ou mesmo a torná-los não atrativos. Tudo parece indicar, também, que a demanda imediata deve ser necessariamente atendida nas bibliotecas públicas, tomando-se o cuidado para não cair, pura e simplesmente, em um basismo demagógico; isto equivale, em outras palavras, a atender, na medida em que as solicitações da

comunidade o justifiquem, aos pedidos por materiais sobre assuntos do momento ou a selecionar materiais mais populares, produzidos pela indústria cultural;

b) em bibliotecas escolares, a seleção terá em vista os objetivos dos cursos oferecidos e o nível dos alunos. O aspecto pedagógico dos materiais — tanto em termos estritos, como no caso de manuais, textos didáticos, etc., como mais genéricos, caso de material de apoio — parece ser o fator preponderante para a seleção, sendo que os critérios utilizados deverão ter, em última análise, este ponto de vista;

c) em bibliotecas acadêmicas e universitárias tanto o fator pesquisa como o ensino terão quase que pesos idênticos (o trabalho com a comunidade, geralmente, é atendido com quase os mesmos materiais com que se atende ao ensino). O critério básico de seleção, no caso, é o valor do item para as atividades de ensino e pesquisa desenvolvidas naquela unidade universitária em particular, valor este que irá variar de acordo com os assuntos de interesse da coleção; bibliotecas universitárias tendem, ainda, devido a trabalharem com a questão do apoio à pesquisa, a serem muito abrangentes em relação aos formatos do material selecionado;

d) em bibliotecas especializadas ou de empresas o ponto primordial para a seleção, segundo tudo indica, é que o material esteja relacionado diretamente com os objetivos da instituição mantenedora da biblioteca. A escolha, neste caso, passa de seletiva a exaustiva — por mais paradoxal que isto seja — sendo que, em última análise, virtualmente tudo que está dentro da área de interesse da empresa ou instituição,

esteja em que formato estiver, interessa à biblioteca. No caso de bibliotecas especializadas, ainda, a atividade de seleção deixa de ser realizada com relação apenas a itens individuais e começa-se a considerar a seleção de conjuntos inteiros de itens, ou seja, a seleção de bases de dados.

No entanto, costuma-se afirmar que, independentemente do tipo de biblioteca em que venha a ocorrer, a prática do trabalho de seleção irá resumir-se basicamente em duas etapas: em um primeiro momento, uma lista de itens de interesse da coleção é confeccionada a partir tanto de indicações feitas pelos usuários, como da identificação de materiais, efetuada pelos próprios bibliotecários, através dos chamados instrumentos auxiliares à seleção, ou seja, listas de material corrente, catálogos de editores, volantes, anúncios e bibliografias; a segunda etapa do trabalho ocorre após a confecção desta lista, quando alguém — o bibliotecário ou uma comissão de seleção — avalia cada um dos materiais em relação aos recursos disponíveis e às prioridades anteriormente definidas. Como nem sempre é possível avaliar o material *in loco*, o responsável final pela seleção tem, em grande número de casos, que confiar nas informações oferecidas pelos instrumentos auxiliares. Devido a isto, parece ser interessante dedicar algumas linhas deste trabalho à análise desses instrumentos e ao papel que os mesmos desempenham nessa atividade.

INSTRUMENTOS AUXILIARES À SELEÇÃO

A experiência mostra que confiar apenas nas indicações dos usuários para a confecção de uma lista de materiais de interesse não é, em um grande número de vezes, suficiente para os objetivos da biblioteca. A atividade de seleção não pode também, por outro lado, basear-se apenas nos conhecimentos dos bibliotecários eventualmente responsáveis pela seleção. Assim, para obter conhecimento a respeito dos materiais de interesse da biblioteca, lançados no mercado, o recurso a instrumentos auxiliares parece ser uma tarefa indispensável. Esta tarefa, por seu lado, será também muito influenciada pelo tipo de biblioteca em que ocorra, pois a utilidade ou não de uma fonte de seleção será determinada, em grande medida, pela finalidade do trabalho. Ou seja: um instrumento útil para uma biblioteca pública pode não o ser para uma biblioteca escolar, ou vice-versa — o que, aliás, parece bastante óbvio. Mesmo assim, nunca é demais salientar que apenas as peculiaridades de uma coleção específica — seus objetivos, sua clientela, etc. — é que irão definir, em última instância, a quais instrumentos irá o bibliotecário recorrer para o desenvolvimento da coleção. Desta forma, a descrição

feita a seguir, enfocando alguns instrumentos auxiliares da seleção, deve ser necessariamente cotejada com os objetivos específicos da coleção que interessa ao profissional desenvolver.

Não interessa, no momento, buscar a exaustividade das fontes de seleção e/ou oferecer listas bibliográficas onde constem em detalhe todas as características de cada fonte em particular. A literatura biblioteconômica, aliás, tem apresentado, em várias oportunidades, listagens desse tipo. Parece muito mais interessante, considerando os objetivos deste manual, oferecer subsídios aos profissionais para a decisão sobre qual é o instrumento mais apropriado para suas necessidades, analisando as vantagens e desvantagens de cada tipo de fonte de seleção em função destas necessidades. Os exemplos eventualmente citados nos próximos parágrafos devem ser entendidos, apenas, como ilustrativos desta ou daquela categoria de fonte à qual se referem, e não como uma recomendação para uso por parte dos bibliotecários.

Entre os muitos instrumentos auxiliares à seleção, disponíveis aos bibliotecários, podem ser destacados:

1) Catálogos de editores, folhetos, etc.

As bibliotecas são quase que diariamente inundadas por catálogos de editores ávidos por vender seus produtos, pois, afinal de contas, são empresários a quem interessa em grande medida — para não dizer exclusivamente — o lucro que podem obter com suas vendas. E este verdadeiro dilúvio de catálogos, folhetos, *folders*, anúncios, etc. vem, em muitos

casos, parar — e abarrotar — à mesa dos bibliotecários que têm, às vezes, vontade de fazer com o material uma bela fogueira, semelhante àquela referida no primeiro parágrafo do primeiro capítulo deste livro. No entanto, deve-se — neste caso específico, ao menos — realizar o maior esforço possível para resistir à tentação, pois estes catálogos e tudo o mais que se lhe assemelhe podem conter muitas informações úteis e que, absolutamente, não devem ser desprezadas. Por outro lado, estas informações devem, também, ser encaradas com bastante prudência, pois não se pode esperar de um vendedor que se disponha a denegrir o seu produto a ponto de afastar possíveis compradores — convém lembrar que, em muitos casos, a seleção será realizada a partir apenas das informações disponíveis nestes catálogos, sem que se possa cotejá-las antes da aquisição do material. Da mesma forma, por mais aborrecido que possa parecer, em um primeiro momento, a coleta deste material, o bibliotecário precisará necessariamente coletá-los e, mais que isto, ter à sua disposição um arquivo de catálogos de editores, *folders* e folhetos para auxiliá-lo na tarefa diária de seleção, além de, posteriormente, no trabalho de aquisição dos itens selecionados.

A estes catálogos de editores individuais, digamos assim, devem ser acrescentados, ainda, aqueles catálogos que visam repertoriar todas as obras correntemente publicadas em um determinado país, normalmente organizados ou subsidiados pelos editores, seja enviando regularmente a notificação de novos títulos por eles publicados, seja colaborando com suporte financeiro para a elaboração do catálogo. Em

termos internacionais, estes catálogos são bastante numerosos, tendo, em muitos casos, periodicidade até mesmo semanal, como é o caso do *Weekly Record*, publicado pela Bowker Company. Em termos de Brasil — que é o que mais nos interessa —, foi lançado há algum tempo, em microfichas, o *Catálogo Brasileiro de Publicações*, que procura repertoriar todos os títulos disponíveis no mercado nacional.

2) Resenhas

As resenhas, sob certos aspectos, são muito mais valiosas para o trabalho de seleção que os catálogos de editores, pois, enquanto estes, em geral, trazem apenas as informações indispensáveis para a identificação do item — autor, título, editor, local, data de publicação e preço —, aquelas trazem, normalmente, um resumo e/ou avaliação do material. É claro que nem todas as resenhas têm as mesmas características, dependendo muito do autor que as elabora e, também, do meio em que são veiculadas. Resenhas publicadas em periódicos especializados, por exemplo, são muito mais confiáveis, porque são, as mais das vezes, elaboradas por especialistas na área do assunto tratado no material e, além do mais, direcionadas para a leitura de seus pares; já as resenhas veiculadas pela grande imprensa, tanto em jornais como em revistas de caráter geral, têm o grande inconveniente de serem elaboradas por jornalistas que não têm formação na área do assunto tratado, tendo, necessariamente que realizá-las de maneira superficial (muitas vezes deixando evidente que nem sequer leram na totalidade o material por eles resenhado). Por tudo isto, este

“comentário avaliativo”, digamos assim, disponível nas resenhas, precisa ser, por sua vez, analisado pelo bibliotecário com grande discernimento a fim de detectar os problemas citados, além de casos de flagrante preconceito do resenhador em relação ao autor resenhado. Outro inconveniente das resenhas é serem muito raras as que analisam uma obra de maneira negativa — à exceção, talvez, de obras “menores” de autores “maiores” —, ficando relativamente difícil definir se o fato de um determinado título não aparecer sob a forma de resenha deve-se apenas ao volume de títulos lançados no mercado — várias vezes maior, diga-se de passagem, que o número de resenhas publicadas —, ou a não ter sido considerado em um nível mínimo de qualidade que justificasse sua resenha (contrariamente ao que podem pensar muitos bibliotecários, a ocorrência de resenhas de obras de “leitura desobrigatória” não é tão freqüente assim...). Apesar de todos estes senões acima apontados — ou, talvez, também por causa deles —, as resenhas se constituem em valioso instrumento auxiliar à seleção; a leitura das mesmas, além de constituir um hábito até que bastante agradável, parece ser parte integrante e necessária do trabalho de seleção.

A nível internacional, os bibliotecários contam, além dos dois tipos de resenhas aventados no parágrafo anterior, com um outro: resenhas avaliativas preparadas por bibliotecários ou por especialistas; mas direcionadas às necessidades dos bibliotecários. Normalmente, estas resenhas são publicadas em vários periódicos de biblioteconomia, como *Library Journal*, *Wilson Library Bulletin*, *ALA Record*, sem

contar aquelas direcionadas para tipos de bibliotecas, como é o caso de *Choise*, para bibliotecas acadêmicas e universitárias, e *Booklist*, para bibliotecas públicas. No Brasil, no entanto, as únicas opções disponíveis são as resenhas veiculadas na grande imprensa e na literatura especializada, além de um ou outro título que aparece e desaparece do mercado sem conseguir firmar-se, à exceção do jornal *Leia Livros*, já com vários anos de publicação.

3) Bibliografias e listas de livros recomendados

Bibliografias, tanto nacionais como de assunto, podem também servir como instrumentos auxiliares à seleção, principalmente para a seleção retrospectiva. Da mesma forma, os catálogos de grandes bibliotecas também podem ser utilizados para fins de seleção. Em todos estes casos, no entanto, talvez até mais do que com outras fontes de seleção anteriormente citadas, deve-se atentar para as peculiaridades da comunidade que se deseja atender. Afinal, o simples fato de um título constar da coleção de uma biblioteca especializada em um determinado assunto não quer dizer, por si só, que o mesmo seja indicado para toda e qualquer biblioteca com o mesmo interesse temático; aspectos outros — como limitações lingüísticas e realidade sócio-cultural da clientela — precisam, necessariamente, ser levados em consideração. Estes instrumentos auxiliares, no entanto, podem oferecer bons exemplos de títulos para seleção, desde que o profissional responsável pela mesma tome os cuidados necessários.

Similares às bibliografias e catálogos são as listas de livros recomendados, listas básicas de assunto, de melhores livros, de bibliotecas ou de coleções básicas, etc., que apresentam uma listagem de materiais que “deveriam” estar das bibliotecas; necessitam, também, ser encaradas com as devidas restrições. Manda a prudência que se desconfie um pouco desse tipo de listas, exatamente por pretenderem, arvorar-se em universais e indispensáveis (nunca é demais salientar que uma coleção é básica sempre em relação a uma comunidade real e específica e não em relação a um padrão de qualidade determinado previamente...). A tentação para seguir listas como estas, por outro lado, é muito grande, talvez por possibilitarem — teoricamente ao menos —, um “parâmetro” já comprovado de excelência, digamos assim. Outro aspecto a considerar, também, é que é muito mais cômodo seguir uma lista já organizada que selecionar a partir de critérios próprios. Mas, por outro lado, para não se descambar para o radicalismo, é preciso admitir que algumas listas podem realmente prestar valioso auxílio à seleção, principalmente quando elaboradas por especialistas no assunto de que tratam e recomendadas por associações oficiais; nestes casos, é claro, os itens por elas arrolados precisam ser seriamente analisados para seleção, utilizando para eles, lógico, os mesmos critérios utilizados para quaisquer outros não constantes da mesma.

4) Instrumentos auxiliares para a seleção de periódicos

A seleção de periódicos apresenta peculiaridades diversas às da seleção de livros, uma vez que o compromisso com

a seleção de um periódico, em termos de recursos financeiros, é muito maior que com a seleção de uma monografia, pois no primeiro haverá um comprometimento, que será renovável periodicamente, não só em termos de alocação de recursos financeiros, com a verba necessária para renovação de assinatura, como também de recursos humanos e materiais, representados pelo trabalho de registro e processamento de cada fascículo a ser acrescentado à coleção. Desta forma, a seleção de periódicos deve ser realizada com muito mais cuidados, sendo aconselhável, as mais das vezes, a avaliação pessoal do título antes da decisão definitiva. Existem, é claro, para publicações periódicas, os mesmos tipos de auxiliares de seleção existentes para livros, os quais devem ser consultados na medida do possível. É indiscutível, por exemplo, o auxílio que, à atividade de seleção, podem prestar diretórios de periódicos, como os amplamente conhecidos *Ulrich's International Periodical Directory*, da R. R. Bowker, e *New Serial Titles*, da Library of Congress. Da mesma forma, principalmente para o conhecimento de novos títulos, é valiosíssima a leitura de resenhas sobre periódicos, apesar destas não serem tão abundantes como as sobre livros; podem ser encontradas tanto na literatura especializada de cada área do conhecimento, como em periódicos de biblioteconomia tipo *Library Journal* ou *Wilson Library Bulletin*.

Tal qual os periódicos, outros tipos de materiais, como microformas, multimeios, materiais não-convencionais, etc., possuem instrumentos auxiliares à seleção. A utilidade de tais instrumentos, no entanto, irá variar de acordo com cada tipo

de material, sendo que caberá ao profissional definir as vantagens e desvantagens de cada um em relação ao seu caso específico, conseguindo tirar o melhor proveito deles. Foge aos objetivos deste trabalho a discussão detalhada dos instrumentos auxiliares à seleção destes outros tipos de materiais; o leitor interessado em obter mais informações sobre o assunto poderá recorrer à bibliografia complementar, citada no final do texto.

Esta rápida pincelada sobre alguns dos muitos instrumentos auxiliares à seleção de materiais procurou demonstrar que essa atividade não pode ter sua importância minimizada dentro do processo de desenvolvimento de coleções, devendo o profissional lançar mão de tudo que lhe for possível para torná-la melhor alicerçada. Mas sabemos muito bem que, por mais instrumentos de que se utilize o bibliotecário, a seleção terá sempre a influenciá-la um fator extremamente subjetivo, o qual será impossível dominar completamente. O estabelecimento de critérios e a utilização de instrumentos auxiliares visam, na realidade, manter este fator subjetivo dentro dos limites do aceitável, sem o que o trabalho do bibliotecário fatalmente se transformaria em um simples caso de definição de preferências pessoais dele, profissional, sem qualquer consideração com o usuário ou a comunidade a ser servida. E o bibliotecário, principalmente quando realizando a seleção de materiais para sua coleção, tem em suas mãos, entre outras coisas, o poder de decidir a quais informações a comunidade irá ter acesso, o que pode ser, em muitos casos, fonte de desvirtuamento de todo o processo de desenvolvimento da

coleção. Como Maquiavel já dizia que “o poder corrompe”, é interessante nos determos um pouco não apenas neste desvirtuamento do processo de seleção por parte dos bibliotecários, mas, também, nas pressões que estes sofrem, por parte de autoridades e usuários, para que efetuem este desvirtuamento. A isto, pode-se chamar censura.

SELEÇÃO E CENSURA DE MATERIAIS

A questão poderia ser colocada de várias formas. De um lado, temos os usuários que possuem direito de acesso a todas as informações, sem restrições de espécie alguma; de outro lado, temos os bibliotecários lutando no seu dia-a-dia contra pressões, que lhes vêm de todos os lados — até deles mesmos —, para colocar limites à liberdade intelectual do usuário. Parece ser relativamente fácil, aos bibliotecários, posicionarem-se de forma favorável à liberdade intelectual e contrários à censura em bibliotecas, quando os interlocutores são outros colegas com os quais se reuniram para tomar um aperitivo ou para debates em reuniões ou seminários profissionais. Outra coisa, no entanto, já não tão fácil assim, é agir contra as pressões que vêm da parte de autoridades governamentais, de associações civis ou de indivíduos que se sentem no direito de exigir a retirada, da coleção da biblioteca, daqueles livros e outros materiais que veiculam conceitos dos quais discordam e que não gostariam de ver disseminados entre os outros membros da comunidade. E outra coisa ainda, muito mais difícil, é conseguir refrear a tendência, inerente a todos os profissionais bibliotecários, de formar uma coleção de acordo com sua própria visão de mundo, não permitindo

que dela façam parte obras que defendam pontos de vista que ele, pessoalmente, como cidadão, considera perniciosos. Isto pode soar até um pouco exagerado — principalmente para a realidade brasileira, onde parece existir um acordo tácito para minimização daqueles atos que poderiam ser definidos como atos de censura em bibliotecas. É certo que em países subdesenvolvidos, como é o nosso caso, onde as bibliotecas têm uma participação ainda muito pequena na vida da comunidade, sendo vistas muito mais como benesses providas da administração que direitos assegurados à coletividade, a questão realmente não tem a amplitude que possui, por exemplo, em países com maior tradição de leitura e bibliotecas. Afinal, parece muito mais importante, aos governantes de países subdesenvolvidos, o controle das informações geradas por meios de comunicação de massa, como a televisão e o rádio — que todas as pessoas vêem ou ouvem —, que as veiculadas pelas bibliotecas — às quais, comparativamente, poucos recorrem. Mas a experiência mostra que, mesmo em menores dimensões que a realizada em grandes meios de comunicação, a censura em bibliotecas chega efetivamente a ocorrer, pois também interessa aos poderosos do dia cercar o acesso às informações para a minoria pensante do país. E estes encontram, aliás, maiores facilidades para perpetrar atos repressivos às coleções das bibliotecas, graças, principalmente, à fragilidade dos próprios profissionais bibliotecários que, devido a não possuírem uma tradição de luta em favor da liberdade intelectual de seus usuários e a não estarem suficientemente organizados em associações, sindicatos ou federa-

ções, não têm quase que a mínima condição de oferecer resistências eficientes.

Os bibliotecários brasileiros não possuímos quaisquer declarações de princípios a direcionar o comportamento profissional diante das questões de censura de materiais. Quase tudo, infelizmente, fica a nível do individual, terreno onde as condições de luta são as mais adversas possíveis, pois, neste nível, o bibliotecário é particularmente vulnerável a ameaças a sua integridade física ou à perda de seu emprego. Não possuímos, por exemplo, nada parecido a uma *Declaração dos Direitos da Biblioteca (Library Bill of Rights)*, que, nos Estados Unidos, resume em seis itens bastante abrangentes as políticas básicas de liberdade intelectual a nortear os serviços de todas as bibliotecas. Apesar de não dotar o bibliotecário — ou a biblioteca — de qualquer direito legal, é bastante significativa como um guia ético de conduta, constituindo-se em política oficial da ALA (American Library Association) no que se refere aos direitos que possuem os usuários de ler aquilo que desejam e ter acesso ao material requisitado sem sofrer pressões ou intervenções de quaisquer indivíduos ou grupos de indivíduos para que deixem de fazê-lo, incluindo neste rol o próprio bibliotecário. No entanto, como política oficial da ALA, deve ser vista como respondendo às necessidades dos bibliotecários norte-americanos, sendo necessário, para sua aplicação em outros países, análise detalhada e adaptação à realidade local; entendemos que esta análise e adaptação deveria necessariamente ser realizada por comissão ligada às associações de bibliotecários

ou à Federação de Associações de Bibliotecários (FEBAB) e, posteriormente, levada para aprovação da classe bibliotecária. No entanto, na falta de outros parâmetros, a Declaração dos bibliotecários norte-americanos pode funcionar, também para os brasileiros, como modelo de ação na luta contra atentados à liberdade intelectual, venham eles de onde vierem. O texto da *Declaração dos Direitos da Biblioteca*, conforme aprovado na reunião da ALA de 1980, é apresentado abaixo:

Declaração dos Direitos da Biblioteca

A American Library Association afirma que todas as bibliotecas são foros de informação e idéias, e que as seguintes políticas básicas devem guiar seus serviços:

I. Livros e outros materiais de biblioteca devem ser providos para o interesse, informação e esclarecimento de todas as pessoas da comunidade a ser servida. Nenhum material deve ser excluído por motivos de origem, antecedentes ou pontos de vista daqueles que contribuíram para sua criação.

II. As bibliotecas devem prover materiais e informação que apresentem todos os pontos de vista com relação a fatos históricos e correntes. Os materiais não devem ser proibidos por razões de desaprovação doutrinária ou partidária.

III. As bibliotecas devem desafiar a censura no cumprimento de sua responsabilidade de prover informação e esclarecimento.

IV. As bibliotecas devem cooperar com todas as pessoas e grupos preocupados em resistir à restrição da livre expressão e livre acesso às idéias.

V. O direito de um indivíduo ao uso de uma biblioteca não deve

ser negado ou reduzido devido à sua origem, idade, antecedentes ou pontos de vista.

VI. As bibliotecas que tornam acessível, ao público que servem, espaços e salas de reuniões, devem propiciar tais facilidades acessíveis em bases equitativas, independente das crenças ou afiliações de indivíduos ou grupos que solicitem seu uso.

Pode-se dizer que, basicamente, existem três tipos de censura:

- a) legal ou governamental;
- b) pressão individual ou de grupo;
- c) autocensura.

Teoricamente, ao menos, é muito mais fácil lidar com os dois primeiros tipos de censura do que com o terceiro, pois naqueles existem apenas duas alternativas: ou se luta contra a censura ou se compactua com ela. O caso da autocensura é bem mais complexo, pois, além das pressões sociais e políticas que forçam, muitas vezes, sua existência, existe também a questão inerente ao próprio profissional bibliotecário que, sem o saber, realiza autopolicimento para evitar prováveis polémicas; quando, no entanto, tal policiamento é consciente e espontâneo, deixa de existir autocensura para passar a existir a censura exercida pelo bibliotecário. Afinal, a linha a dividir a censura da seleção do material é, às vezes, muito tênue, principalmente para o usuário, a quem qualquer ato de seleção contrário a seus interesses representa um ato de censura por trazer restrições quanto ao material a que pode ter acesso.

Parece ser evidente que qualquer seleção implica, necessariamente, restrições. No entanto, é preciso ter bem claras as distinções que são feitas a um material dentro de um processo normal de seleção e as que são feitas quando da prática da censura. Enquanto, no primeiro caso, levam-se em conta restrições que abrangem, por exemplo, a adequabilidade do material ao tipo de biblioteca ou ao nível de interesse do usuário ou comunidade, no segundo, as restrições são devidas a preconceitos pessoais, que podem ser resultado de concepções políticas, econômicas ou estéticas.

As definições arroladas no parágrafo anterior muito devem ao trabalho de Lester Asheim sobre seleção e censura de materiais, que já se tornou, praticamente, um clássico da literatura biblioteconômica. Embora se tenha tentado, durante todo o trabalho, evitar as citações de autores (afinal, este não é um trabalho para um público acadêmico), tornou-se imprescindível a referência a este autor, cujas idéias continuam tão atuais quanto vinte anos atrás, como a distinção que faz entre as posturas do censor, procurando achar em uma obra razões para retirá-la de circulação e dificultar o acesso do público à mesma, e a do bibliotecário em sua atividade de seleção, procurando encontrar na obra razões que justifiquem sua incorporação ao acervo. Enquanto a postura do primeiro é negativa, destrutiva, a do segundo reveste-se de características positivas, é uma postura construtiva: construir uma coleção para atender a uma determinada comunidade. O censor procura razões fora do livro para garantir sua posterior rejeição, razões estas que enfocam as afiliações do autor, as

cores de sua bandeira, seus hábitos pessoais; o selecionador, ao contrário, procura analisar apenas o conteúdo do livro e as contribuições que este possa porventura trazer à comunidade. O selecionador tem fé na inteligência do usuário, partindo do pressuposto de que este saberá retirar da obra o que de positivo existe na mesma; o censor, por outro lado, tem fé apenas em sua própria inteligência e capacidade de julgamento, imaginando que todas as demais pessoas são poços de ingenuidade que precisam ser protegidos das mazelas e malfeitos da vida.

As ponderações acima citadas — e outras sobre as quais não se discorreu — podem ser de bastante utilidade para que o bibliotecário faça uma auto-análise de suas práticas de seleção. O que está ele levando em consideração para a rejeição ou incorporação de uma obra à coleção? Está isso colocado de uma forma clara, objetiva, ou são conceitos que variam de acordo com seu estado de espírito? Existem critérios claramente estabelecidos para seleção, como parte integrante de uma política para desenvolvimento da coleção? A resposta negativa a estas perguntas pode indicar, em muitos casos, um terreno fértil para o exercício da censura e da autocensura, pois nada existirá para impedir a atividade de censores externos e internos. Afinal, não estando estabelecidas claramente as restrições que devem ser feitas ao material no processo de seleção de uma biblioteca, quaisquer outras tornam-se válidas, até mesmo as do próprio bibliotecário, por mais preconceituosas que sejam. E, então, aquela que pode ser considerada como uma das maiores tentações do bibliotecário, a de formar uma coleção à sua imagem e semelhança, pode tomar-

se irresistível. Definitivamente, esta não é uma forma profissional de proceder...

Para encerrar esta discussão, no entanto, partamos da premissa de que o bibliotecário ou a Comissão de Biblioteca, seguindo uma política de seleção previamente definida e utilizando os instrumentos auxiliares pertinentes à área de interesse da biblioteca, conseguiram finalmente definir, de forma bastante objetiva — na medida em que tal é humanamente possível —, uma lista de materiais que interessa à biblioteca venham a fazer parte de seu acervo, também chamada, algumas vezes, de lista de desiderata. Começa aí, então, uma outra etapa do processo de desenvolvimento de coleções, a etapa de aquisição, objeto do próximo capítulo.

A AQUISIÇÃO COMO PROCESSO ADMINISTRATIVO

É preciso deixar claro, antes de mais nada, porque a etapa de aquisição, dentro do desenvolvimento de coleções, deve ser entendida como uma etapa puramente administrativa: na figura ilustrativa do processo, discutida logo nas primeiras páginas deste trabalho, veremos que a aquisição é a única a não ter ligação direta com a comunidade. Isto acontece porque o papel da aquisição, no processo, constitui-se em localizar e, posteriormente, assegurar a posse, para a biblioteca, daqueles materiais que foram definidos, pela seleção, como de interesse. O foco, então, deixa de localizar-se na etapa em si e passa a localizar-se na maneira como esta é realizada, de forma a possibilitar acesso mais rápido ao material e — o que é mais — ao menor custo possível. A aquisição é, mais exatamente, um meio para concretização das decisões da seleção, meio este que deve buscar a maximização dos resultados, para isso estabelecendo um fluxo administrativo suficientemente linear e controlado, de modo a evitar estrangulamentos ou duplicações; isto vai exigir não somente um trabalho de registro e controle, tanto dos pedidos

como dos materiais adquiridos, mas, também, a utilização de formulários adequados que permitam identificar claramente os materiais selecionados — ou, pelo menos, permitam o preenchimento dos dados faltantes — e a fonte de onde provém a indicação. A atividade de aquisição é, por falar nisso, a candidata ideal pela qual iniciar a informatização da biblioteca; é, também, a que maiores benefícios oferece quando efetuada de maneira centralizada. Infelizmente, no entanto, os bibliotecários, muitas vezes, têm preferido iniciar a informatização das bibliotecas pelos serviços de catalogação e classificação, enquanto, por outro lado, centralizam as atividades de seleção. O que parece ser um verdadeiro absurdo, para dizer o mínimo.

As atribuições básicas do trabalho de aquisição de materiais para a biblioteca, ou seja, a tarefa de tornar realidade as decisões de seleção — consubstanciadas na citada lista de desiderata —, vão constituir-se, resumidamente, nas seguintes:

1. Obter informações sobre os materiais desejados pela biblioteca

Utilizando instrumentos auxiliares pertinentes, verificar todos os dados bibliográficos imprescindíveis para uma aquisição bem-sucedida; além disso, verificar se o item não se constitui em material já constante do acervo ou se já não se encontra em processo de aquisição, evitando, desta forma, duplicações indesejadas.

2. Efetuar o processo de compra dos materiais

Selecionar o fornecedor mais adequado às necessidades e/ou possibilidades da biblioteca, buscando tanto aspectos financeiros — qual fornecedor oferece mais vantagens pecuniárias, considerando todos os custos envolvidos —, como a rapidez de recebimento dos itens desejados. O processo de compra irá englobar, ainda, o recebimento e abertura dos pacotes, com sua conseqüente verificação em relação às ordens de compra enviadas e às condições físicas em que o material chega à biblioteca.

3. Manter e controlar os arquivos necessários

Vão incluir a manutenção, seja de forma manual ou automatizada, de arquivos dos itens selecionados (desiderata), arquivos dos itens em processo de aquisição e dos já adquiridos, em processo de catalogação rápida. Costuma-se ordenar estes arquivos pelo título da obra, por ser o elemento que menos variações apresenta nas sugestões dos usuários.

4. Administrar os recursos disponíveis para aquisição

O que irá abranger toda a distribuição, controle e utilização dos recursos da forma mais racional possível.

⊕ Estas atribuições dizem respeito apenas à aquisição por compra. Existem mais duas modalidades de aquisição de materiais, a permuta e a doação, discutidas mais adiante. No caso específico da aquisição via compra, interessa salientar que não existem, genericamente falando, regras universais de

conduta aplicáveis a todas as bibliotecas. Fatores variados vão interferir na decisão sobre a prática a seguir para a compra de materiais, alguns deles totalmente fora do controle do bibliotecário. A aquisição via compra, em bibliotecas ligadas à administração pública (municipal, estadual ou federal), esbarra em uma legislação que obriga à realização de concorrências públicas para aquisição de materiais bibliográficos disponíveis no mercado nacional, que nem sempre é a solução mais rápida e apropriada. No caso das bibliotecas públicas, por exemplo, isto não se constitui em grande empecilho, uma vez que as mesmas adquirem, quase que exclusivamente, material produzido no país; já para as bibliotecas especializadas e universitárias ligadas à administração pública, esta exigência constitui, em grande número de vezes, verdadeiro transtorno, pois atrasa o trabalho de aquisição, obrigando-as a demorados processos de concorrência pública para materiais cuja aquisição poderia ser realizada de maneira muito menos dispendiosa, se efetuada diretamente junto aos editores, normalmente estrangeiros.

Outro aspecto interessante a destacar nas atividades ligadas à aquisição via compra é aquele a envolver a decisão entre comprar materiais estrangeiros diretamente dos editores ou por intermédio de agentes. É uma decisão para a qual não existe, contrariamente ao que possam pensar muitos profissionais, uma resposta simples. Muitas coisas vão influir na decisão, desde o custo final da aquisição em cada uma das modalidades até a qualidade do serviço e a rapidez de obtenção do material. Argumentam alguns bibliotecários que a

aquisição diretamente com o editor — principalmente no caso de assinaturas de periódicos estrangeiros — sai muito mais em conta para a biblioteca que a aquisição via agentes, quando se compara o preço do produto em cada um dos casos. Embora o raciocínio, em um primeiro momento, pareça bastante correto, é preciso atentar, muitas vezes, para a sua falácia: apenas o preço do produto não é, em um grande número de casos, indicador suficiente do custo do material para a biblioteca, sendo necessário, para obter valores realmente comparáveis, introduzir na operação custos outros que, à primeira vista, seriam deixados de lado; é o caso, por exemplo, de custos com horas de trabalho do pessoal bibliotecário para a realização, registro e acompanhamento da operação de compra, incluindo, além disso, todos os custos para manutenção de correspondência e contato direto com os diversos editores. É claro que tanto o número de editores a serem contatados e a distribuição geográfica dos mesmos, como a qualidade e rapidez dos serviços prestados por cada agente em particular, são fatores que não podem deixar de ser considerados para a decisão final. Existem, a propósito, muitos agentes em atividade no país, que devem ter suas vantagens (preço, rapidez de fornecimento, capacidade de aquisição retrospectiva, etc.) comparadas com muito cuidado. Apenas a título de exemplo, sugere-se aos profissionais que, antes de tomar a decisão final pela modalidade de compra, verificar os serviços colocados à sua disposição por agentes como a Faxon, Swetz, Unipresse, Ebsco, PTI e outros com muita experiência nesta área de atuação. Alerta-se, apenas, para que a deci-

são leve em conta todos os fatores e custos envolvidos na atividade, diminuindo, desta maneira, a possibilidade de opções equivocadas.

O trabalho de compra de materiais é, no entanto, bastante complexo, variando muito em relação não só a cada tipo de biblioteca, mas também em relação a cada material específico. A compra de livros, por exemplo, apresenta características muito diversas da compra de periódicos ou de materiais audiovisuais. Foge aos objetivos deste trabalho, por ser este um manual introdutório, o detalhamento desta especificidade, assunto cuja abordagem será deixada para uma outra ocasião.

Mas, além da compra de materiais, especificamente, as bibliotecas também podem realizar a atividade de aquisição, como anteriormente referido, via doação e/ou permuta, o que pode ocorrer da seguinte forma:

a) Doação

É comum o oferecimento de materiais às bibliotecas, sejam elas quais forem. Os usuários tendem a pensar que os bibliotecários devem mostrar-se extremamente agradecidos pelas doações por eles oferecidas, ficando, em muitos casos, verdadeiramente horrorizados quando algum bibliotecário rejeita a sua doação de "livros velhos que estavam atravancando a garagem", ou quando, mesmo aceitando-os, recusa-se a colocá-los em lugar de destaque e, algumas vezes — horror dos horrores! —, simplesmente descartam a maior parte deles ou os usam para permuta com outras publicações.

O que é difícil para eles entender — também o é para muitos bibliotecários — é que os critérios para seleção de doações são rigorosamente os mesmos utilizados para a seleção de materiais comprados; ou seja: jamais se aceitaria como doação qualquer material que não se iria adquirir caso se possuísse a verba para tanto. Porque nenhum material, afinal de contas, é absolutamente gratuito para qualquer biblioteca. O custo para tratamento técnico e armazenamento de um material recebido por doação é idêntico ao daquele adquirido via compra. Isto parece, aliás, mais que evidente, algo sobre o que é desnecessária maior discussão.

Mas as doações serão, também, importante instrumento para aquisição, na medida em que forem devidamente direcionadas pelo bibliotecário, por intermédio de uma política de doações, parte integrante do documento de política para desenvolvimento da coleção. Nela serão estabelecidos os critérios para recebimento de doações, a prática da biblioteca em relação a doações sob condição — aquelas que, para entrega dos materiais, impõem uma série de pré-requisitos a serem atendidos pela biblioteca, tais como salas especiais para os materiais doados, ex-libris, restrições para empréstimo e uso, etc. — e as disposições em relação ao estabelecimento de convênios, com outras instituições ou entidades, para o recebimento de doações. Neste último ponto, cabe salientar que o profissional bibliotecário necessita informar-se sobre as possíveis instituições doadoras de materiais informacionais para bibliotecas, existentes em sua área de atividade (como, por exemplo, INL, RIPASA, Casa de Rui Barbosa, EM-

BRAPA, Conselho Britânico, Smithsonian Institute, etc.), e fazer as gestões necessárias para ter a biblioteca sob sua responsabilidade incluída na lista de “receptores” das mesmas. Ao mesmo tempo, possíveis doadores individuais (pessoas físicas) precisam ser sondados pelos bibliotecários, visando à possibilidade de futuras doações, inclusive — o que até soa de maneira um pouco tétrica —, via disposições testamentárias. Outra possibilidade, ainda não devidamente explorada pelas bibliotecas para recebimento de doações, é a oferecida via Lei 7505, de 1986 — a Lei Sarney —, que concede benefícios fiscais para operações de natureza cultural. Apesar da mesma apresentar algumas particularidades que dificultam sua utilização, algumas brechas da Lei — como a constituição de fundações ou associações de amigos — permitem às bibliotecas usufruir de seus benefícios. De qualquer forma, uma alternativa passível de consideração.

b) Permuta

As bibliotecas, principalmente as universitárias e especializadas, têm nas atividades ligadas à permuta ou intercâmbio de materiais um valioso instrumento para o desenvolvimento de suas coleções. Por um lado, possibilitam a aquisição de muitos materiais cuja posse não poderia ser obtida por outros canais, principalmente por se tratarem, em um grande número de vezes, de materiais esgotados e, em alguns casos, até mesmo de relativa raridade; possibilitam à biblioteca, por outro lado, utilizar, com bastante vantagem, as duplicatas indesejadas que se vão acumulando com o correr

do tempo ou até mesmo as doações recebidas e que, por um motivo ou outro, não lhe interessou incorporar ao acervo. Desta forma, é inegável que a permuta deve ser uma modalidade de aquisição a ser pensada seriamente, sob pena de se perder a possibilidade de obtenção de materiais valiosos.

Um programa de permutas é estabelecido, normalmente, por instituições que editam publicações e, desta forma, firmam, entre si, um convênio para intercâmbio das mesmas. Isto vai implicar, é claro, todo um trabalho para registro das publicações enviadas e recebidas, trabalho este cuja especificidade o faz extremamente minucioso e cansativo. Não se trata, de maneira alguma, de verificar se a permuta está ou não sendo realizada equanimemente. Na realidade, isto não é assim tão vital, pois mais importante que a constatação de que se está enviando dois títulos em troca de apenas um é a certeza de que, se tal não fosse feito, não se iria ter acesso àquele título em particular. Não se trata, absolutamente, de adotar a filosofia do “levar vantagem em tudo” na atividade de permuta. Trata-se, isto sim, de acompanhar devidamente todo o processo de intercâmbio, a fim de torná-lo o mais eficiente possível. Todo bibliotecário que trabalha com aquisição de materiais, aliás, sabe o que significa um processo de permuta bem organizado. Tanto é assim que, em muitas bibliotecas, especialmente devido a restrições colocadas à assinatura de periódicos estrangeiros, a aquisição via permuta foi de tal modo incrementada que já é responsável, em muitas delas, por mais de 50% do total de aquisições.

Já a permuta de duplicatas, sob certos aspectos, parece constituir-se na atividade que, no desenvolvimento de coleções, acontece de maneira mais informal. É quase como se fosse uma ação entre amigos. Ou seja: uma biblioteca elabora uma lista de suas duplicatas disponíveis para permuta e a envia para várias outras (normalmente, bibliotecas afins); as receptoras da lista, ao recebê-la, comparam-na com suas coleções e assinalam aquelas que lhes faltam, reencaminhando a lista para a biblioteca de origem; esta última, recebendo os pedidos, irá atendê-los por ordem de chegada, e depois aguardará que as demais bibliotecas lhe enviem as listas por elas elaboradas para, então, participar do processo na qualidade de receptora. Tudo acontecendo, geralmente, de uma maneira bastante informal e relativamente eficiente. Uso a expressão *relativamente* eficiente porque esta maneira informal de trabalhar, sem o estabelecimento de prioridades de atendimento, pode levar a que bibliotecas com maior necessidade de determinados materiais — normalmente, fascículos de periódicos —, para completar coleções, sejam preteridas no recebimento dos mesmos em virtude de, por um motivo ou outro, não terem sido as primeiras a responderem à lista. É certo que, da maneira como vem acontecendo — atende-se a quem chega primeiro —, a permuta de duplicatas parece ser bastante democrática. Mas é, também, extremamente desordenada. Talvez se pudesse pensar, em termos de Brasil, em uma forma de planejamento do intercâmbio de duplicatas — incluindo, entre outras coisas, uma central de intercâmbio —, que permi-

tisse uma distribuição mais racional das mesmas — sem, é claro, introduzir excessos de burocracia —, o que poderia mostrar-se vantajoso para todos os interessados.

São estas, basicamente, as formas para assegurar à biblioteca a posse daqueles materiais definidos como de seu interesse. Estes, uma vez adquiridos, serão incorporados ao acervo e colocados à disposição do usuário — e, espera-se, utilizados - até que as condições estipuladas para sua incorporação deixem de existir. A verificação da permanência ou não destas condições se dará, entre outras, por intermédio da avaliação da coleção, a qual poderá, eventualmente, diagnosticar contrariamente, ou seja, o resultado poderá ser a afirmação de que aquelas condições já não existem e cessaram, portanto, as razões para permanência do material na coleção. Neste momento começa, então, o caminho de volta, o processo de retirada do material da coleção geral para um outro local — que pode ser até mesmo na própria biblioteca. É o início de uma das etapas menos compreendidas do processo de desenvolvimento de coleções, a do desbastamento, assunto do próximo capítulo.

DESBASTAMENTO: A HORA DA DECISÃO

O termo desbastamento talvez seja novidade para uma boa parcela dos bibliotecários, que, muito provavelmente, nunca antes o ouviram em relação a coleções. Apenas, quando muito, ouviram-no aplicado a árvores ou plantas. Aproveitemos, pois, o significado primordial do termo para traçar a analogia entre uma coleção e uma árvore: ambas, para atingirem a plenitude de seu desenvolvimento, necessitam ser constantemente desbastadas. As coleções, particularmente, necessitam deste desbastamento para que possam desenvolver-se harmoniosamente, sem ter algumas de suas partes desenvolvidas de forma aleatória, tornando-se estranhas ao conjunto. Isto vai significar muitas coisas: às vezes, a retirada total e definitiva da coleção (o descarte); outras, o deslocamento para locais de menor acesso, onde os materiais serão acomodados mais compactamente a fim de que, embora conservados fisicamente, ocupem o menor espaço possível (o remanejamento); em outras ocasiões, ainda, a retirada do material se dá pela necessidade de recuperá-lo fisicamente, para melhor atendimento à demanda (a conservação). Vê-se,

portanto, que a expressão *desbastamento* é muito mais ampla que o simples expurgo de materiais (embora, na realidade, chegue a abrangê-lo), como pode ter imaginado o leitor ao deparar-se com o título deste capítulo.

De todas as atividades ligadas ao desbastamento, o descarte parece ser aquela cercada por mais dúvidas e preconceitos. Afinal — pergunta-se o bibliotecário —, quando descartar? E para quê? São perguntas que, deve-se reconhecer, constituem reais dilemas para profissionais que tiveram toda uma educação (não apenas a superior) para conservar os materiais informacionais, sob sua responsabilidade, da melhor forma possível, a fim de que os mesmos pudessem vir a ser utilizados pela coletividade — ou, ao menos, conservados para uma geração futura. Em torno de livros e outros materiais cria-se, assim, uma verdadeira aura de respeito, como se tais materiais fossem mais ou menos sagrados e sua conservação, sob qualquer condição, um dever inalienável. Gera-se, desta forma, um verdadeiro drama psicológico que muitas vezes impede o profissional de tomar a decisão correta, ou seja, retirar da coleção, definitivamente, aqueles materiais que não possuem justificativa alguma para nela permanecerem. Ficam postergando a decisão, inventando mil e uma atividades de promoção de cada item específico, ou de *marketing* da própria biblioteca, para tentar adiar o momento crítico, na esperança, as mais das vezes infundada, de que a situação venha a modificar-se e o material não necessite ser descartado. É difícil, para eles, entender que materiais informacionais, assim como as pessoas, têm um tempo de vida útil, que pode

variar de um para outro, mas que, invariavelmente, chega a um final. Morrem. Nesses momentos, não resta outra alternativa senão o descarte. As bibliotecas não podem ser o cemitério de informações insepultas... Algumas, como as Bibliotecas nacionais, que têm por missão constituírem o depósito legal ou a memória de seu países, devem, necessariamente, prestar-se a isto. Provavelmente, não muitas outras mais.

Assim como não foram, neste trabalho, enumerados quaisquer critérios para a porta de entrada à coleção — a seleção —, tal também não será feito para a porta de saída — o descarte. Pelos mesmíssimos motivos (quem não se lembra deles, que releia os parágrafos iniciais sobre seleção). Também em relação ao descarte interessa muito mais passar a idéia da importância desta etapa do desenvolvimento de coleções. Tão importante, aliás, que deve ser encarada com muita seriedade. Sem medo, mas também sem traumas (o que, se não quer dizer muita coisa, pelo menos constitui um ótimo *slogan*...). Representa uma decisão final de análise da situação de cada item, a definição de que o mesmo já não preenche aquelas condições que justificaram sua aquisição, seja porque as necessidades informacionais da comunidade se modificaram e as que o item, originalmente, buscava atender deixaram de manifestar-se, seja porque as informações por ele veiculadas, devido à cada vez mais rápida evolução do conhecimento humano, ficaram desatualizadas e deixaram de apresentar grande contribuição à comunidade que a coleção busca servir, ou devido a muitos outros fatores que, no fundo, poderiam acabar por resumir-se nos acima citados. De

qualquer forma, ao bibliotecário é necessário definir mecanismos que lhe permitam detectar estes fatos e identificar candidatos ao descarte. Devem ser, desnecessário dizê-lo, mecanismos os mais exatos possíveis, pois, como já dissemos a prática mostra que, por mais estranho seja o assunto tratado por qualquer documento, dez minutos após seu descarte alguém irá solicitá-lo... Um pouco de exagero, talvez, mas um exemplo não totalmente disparatado para salientar a necessidade de se possuir sistemas de avaliação da coleção suficientemente precisos a ponto de evitar — na medida em que tal é humanamente possível — descartes indevidos.

Já as demais atividades ligadas ao desbastamento são muito mais tranqüilas. No caso do remanejamento, por exemplo, trata-se, muitas vezes, de adequar o espaço, disponível na biblioteca, a crescentes necessidades de informação, o que pode exigir que os materiais com maior demanda tenham seu acesso possibilitado de maneira mais rápida, enquanto os demais tinham esse acesso com uma menor rapidez. É, digamos assim, uma medida de racionalização. Às vezes é, também, uma forma de testar os materiais quanto a seu valor para a comunidade, um período de observação que capacita decidir se este valor continua a existir — ocasião em que se efetuará seu retorno à coleção principal —, ou cessou definitivamente — quando se procederá a seu descarte (algo assim como uma espécie de purgatório...). De todas as formas, parece ser uma atividade bastante sensata, não só pela economia que significa em termos de recursos físicos, materiais e humanos para uma biblioteca específica, mas pelo aumento

geométrico dessa economia, quando o remanejamento é aplicado em sistemas ou redes de bibliotecas. Em um país que tem tantas restrições à construção de novos edifícios ou salas para a guarda de materiais informacionais, fica-se imaginando porque até hoje não foram incrementadas soluções relativamente simples e baratas, como depósitos cooperativos onde os materiais informacionais de várias bibliotecas — por exemplo, as das várias unidades componentes de uma universidade — seriam acomodados quando atendessem determinadas condições (sendo que uma destas condições poderia ser, tranquilamente, o não atendimento de um nível mínimo de demanda). Com isto, muito espaço seria garantido nas coleções principais, graças à retirada daqueles itens de menor demanda. Da mesma forma, materiais que existissem duplicadamente em várias coleções poderiam ter seu número restrito a apenas um exemplar, que ficaria guardado no depósito cooperativo, desde que a exigência em relação à demanda também não deixasse de ser atendida. Não parece, à primeira vista, que haveria um grande prejuízo ao usuário comum, considerando que apenas aqueles itens com menor procura é que seriam encaminhados ao depósito, o que, provavelmente, afetaria uma porcentagem mínima de interessados.

O caso da conservação é, por si só, bastante evidente. Afinal, salta aos olhos que uma coleção também sofre os percalços do tempo, das mudanças de temperatura ou de uma demanda mais acentuada. Em muitos casos, um material danificado, ao invés de ser descartado — más condições

físicas nem sempre são um critério muito aconselhável para o descarte —, deve ser restaurado para poder continuar a prestar à comunidade o mesmo nível de serviço. É claro que isto também significará uma restrição de acesso ao material, ainda que temporária. Torna-se necessário, portanto, identificar o momento mais propício para este serviço de conservação ou manutenção, de modo a causar o menor prejuízo possível ao usuário (é bom evitar época de provas escolares, por exemplo). Em outras ocasiões, no entanto, o material se encontra de tal forma danificado que não resta outra alternativa senão descartá-lo e proceder à sua substituição, quando isto é possível. Uma política de conservação precisa, necessariamente, constar da política para desenvolvimento da coleção, a fim de evitar que o número de materiais impossibilitados de restauração exceda o limite do razoável; nesta política deverão constar itens como a periodicidade de conservação do material e quem será responsável pela mesma, de modo a que esta responsabilidade esteja bem definida. A literatura é bastante rica em sistemas e formas de conservação dos mais variados materiais, de modo que não se faz necessária uma discussão mais aprofundada a este respeito, pois isto fugiria aos objetivos inicialmente traçados para este trabalho. Cumpre ressaltar, porém, que o profissional deve estar suficientemente informado sobre estes métodos e sistemas a fim de poder decidir qual deles é mais conveniente para seu caso em particular e, desta forma, ter condições de escolher a empresa especializada que melhor atenda a seus objetivos (existem muitas no mercado).

É claro que tudo isto não acontece de forma mecânica, previamente definida. Não há como saber quais materiais irão danificar-se ou quais terão que ser descartados ou remanejados. O desbastamento da coleção, como anteriormente referido, acontece sempre em função de um processo constante de avaliação da coleção (quando do planejamento deste manual, pensei até em tratar da avaliação da coleção antes da questão do desbastamento, mas acabei por manter a ordenação atual, por entender que o oposto poderia, talvez, passar uma imagem muito restrita do papel que a avaliação desempenha no processo de desenvolvimento de coleções). É o que será visto no próximo capítulo.

AValiação DE COLEÇÕES: A BUSCA DO MÉTODO

A etapa de avaliação de coleções é, talvez, a menos efetuada em bibliotecas, devido a muitos e variados motivos. O mais comum deles é, segundo os bibliotecários, não terem tempo para dedicar à avaliação da coleção, pois isto os obrigaria a todo um trabalho de planejamento e definição de métodos. Também parece faltar-lhes, como anteriormente referido, conhecimento adequado em relação a métodos e técnicas de pesquisa passíveis de utilização para avaliação. Embora deva-se reconhecer, evidentemente, a existência desses fatos, ainda assim fica difícil concordar com que os mesmos sejam utilizados para a não realização da etapa de avaliação, podendo vir a comprometer todo o processo de desenvolvimento da coleção. Torna-se cada vez mais urgente que os bibliotecários — principalmente os brasileiros — descubram uma maneira de inserir as atividades de avaliação de coleções na rotina de suas bibliotecas, de modo a poderem verificar até que ponto a política para desenvolvimento da coleção, por eles adotada, está sendo eficiente. É preciso que sejam perdidos os receios quanto à avaliação da coleção, que

não é, absolutamente, algo tão complexo e inatingível como pode parecer à primeira vista. É esta uma das condições para a realização rotineira de trabalhos de avaliação da coleção. Afinal, não realizam as bibliotecas, ao menos uma vez por ano, o inventário de seu acervo? Por que não poderiam, nesse momento, quando estão “com a mão na massa”, efetuar um trabalho de avaliação desse mesmo acervo que está sendo inventariado? Esse é, provavelmente, o momento mais propício para fazê-lo. Mais ainda: as bibliotecas não coletam, diária ou mensalmente, dezenas de dados estatísticos (número de usuários, leitores, livros emprestados, circulados, devolvidos, etc.) que, muitas vezes, sequer sabem como utilizar? Por que, então, não poderiam coletar alguns desses dados tendo em vista a avaliação da coleção? É tudo muito mais uma questão de organizar a coleta de dados que, propriamente, de falta de tempo ou pessoal para realizar o trabalho. É possível, também, a utilização de métodos relativamente simples de avaliação (aliás, a complexidade dos métodos depende apenas dos objetivos que se busca atingir com a avaliação da coleção), que permitam pequenas alocações de recursos humanos e físicos. O que se precisa urgentemente modificar é a noção de que a avaliação deve ser efetuada apenas quando a biblioteca já não possui mais qualquer espaço físico disponível para acomodação do acervo, não restando nenhuma outra alternativa a não ser o descarte de materiais. Embora o descarte seja, evidentemente, uma das conseqüências da avaliação, não chega a ser o único motivo para realizá-la. Encarar a avaliação apenas deste ponto de vista é minimizar seu valor no processo

de desenvolvimento de coleções, além de constituir-se em flagrante equívoco. Na realidade, a avaliação da coleção é a etapa do processo a diagnosticar se o desenvolvimento da coleção está ocorrendo da forma prevista ou não. Em outras palavras: a avaliação permitirá ao bibliotecário verificar se as etapas anteriores do processo, do estudo da comunidade ao desbastamento, estão sendo realizadas de forma coerente. Permitirá, ainda, efetuar as necessárias correções para que esta coerência seja obtida o mais rapidamente possível.

Uma vez decidida a inclusão da avaliação de coleções na rotina do trabalho bibliotecário, resta a resolver a questão de qual metodologia adotar para obter resultados satisfatórios. É claro que não só o tipo de biblioteca como, também, os objetivos que se pretende alcançar com a avaliação irão interferir na escolha desta metodologia; além disso, o tamanho da coleção e os recursos disponíveis para o serviço de avaliação também irão pesar muito. As metodologias disponíveis são bem numerosas, sendo que muitos autores já as relacionaram exaustivamente. Entre eles, um dos trabalhos mais famosos é o de Fredric W. Lancaster, que as classifica em metodologias quantitativas, qualitativas e fatores de uso, classificação esta que será adotada neste manual, esperando conseguir transmitir, aos bibliotecários interessados em avaliação de coleções, informações que os capacitem a selecionar o método que melhor lhes convenha. Passemos, então, à análise das diversas metodologias disponíveis:

a) Quantitativas

Utilizam-se daqueles dados estatísticos referidos anteriormente, podendo abranger o tamanho total da coleção ou sua divisão por tipos de materiais, área de assunto, data de publicação ou idioma. Estes dados estatísticos permitem efetuar várias relações interessantes, como a média de crescimento da coleção (por intermédio de comparações periódicas dos resultados das avaliações) e o estabelecimento da relação entre o tamanho da mesma e a população a ser servida.

Estes são, provavelmente, os métodos mais utilizados para avaliação de coleções, em parte devido às estatísticas estarem disponíveis e, também, por serem métodos que não exigem conhecimentos tão especializados da parte dos bibliotecários. Além do mais, são relativamente baratos, o que, em si, já se constitui em grande vantagem. Mas, por outro lado, os estudiosos costumam apontar diversas desvantagens inerentes aos métodos quantitativos, ressaltando o fato de que dados quantitativos, isoladamente, não podem ser relacionados com a qualidade da coleção, equívoco em que facilmente incorrem muitos bibliotecários quando utilizam esses dados para julgamento de valor, algo que por eles não pode ser depreendido (lembrem-se do primeiro capítulo, quando se falou dos bibliotecários a sonharem com coleções monstruosas?). Mas, se é certo que estatísticas não significam qualidade, também é certo que devem indicar alguma coisa — ou, pelo menos, apontar possíveis problemas. Com esta preocupação em mente, foram desenvolvidas, a nível internacional, diversas fórmulas puramente estatísticas para aplicação em serviços de biblioteca e documentação; nelas, procura-se unir todas aque-

las variáveis apontadas no parágrafo anterior e obter, desta forma, um valor ideal, em termos de acervo, que diga respeito a cada caso em particular. É interessante, por exemplo, conhecer uma dessas fórmulas, como a de Clapp-Jordan, desenvolvida para aplicação em bibliotecas universitárias, que assim se configura:

$$V = 50.750 + 100F + 12E + 12H + 335U + 3.050M + 2.3500D$$

Nesta fórmula, os símbolos são identificados da seguinte forma:

- V = volumes,
- F = docentes,
- E = total de estudantes em tempo integral,
- H = total de alunos de graduação em estudo independente,
- U = número de assuntos na graduação,
- M = áreas de cursos de mestrado,
- D = áreas de cursos de doutorado.

Ou seja: para a obtenção dos volumes necessários a uma biblioteca universitária específica, seriam acrescentados, ao número inicial de 50.750 volumes (constante derivada de listas-padrão para bibliotecas de cursos de graduação, abrangendo livros, periódicos e outros documentos), os números obtidos pela multiplicação do total de docentes por 100 (o que equivale a um acréscimo de 100 volumes por docente da universidade), o número de estudantes em tempo

integral por 12 (equivalente a 12 volumes por estudante em tempo integral) e assim por diante. Ao final da operação, espera-se obter um valor que seja reflexo, em termos numéricos, do mínimo necessário para aquela instituição universitária específica em que foi aplicada. O grande problema da utilização dessa e de outras fórmulas em nosso país (existem muitas outras, como as da Washington State, California State, Association of College and Research Libraries, Beasley, etc.) é que as mesmas, exatamente por terem sido desenvolvidas em países com características diversas do nosso, não se aplicam à realidade de nossas bibliotecas. Seria necessário todo um trabalho de estudo e adaptação, para que as mesmas fossem aqui utilizadas com algum proveito. Isto é algo que, apesar de muitas tentativas, ainda não se encontra suficientemente amadurecido. Provavelmente, muita água irá rolar por baixo da ponte antes que tal aconteça...

b) Qualitativas

Nesta categoria são englobados aqueles métodos que vão focar o conteúdo da coleção e sobre eles lançar um julgamento de valor, diagnosticando sua boa ou má qualidade. Entre estes, estão incluídos aqueles métodos chamados de "impressionistas", em que se solicita a especialistas que se manifestem a respeito da coleção da biblioteca, e os métodos de avaliação baseados na checagem de listas, catálogos, bibliografias, etc. Os primeiros têm contra si, além do grande inconveniente de serem, sob certos aspectos, extremamente subjetivos, o fato de exigirem a participação e colaboração de especialistas externos à biblioteca, o que, a experiência mos-

tra, nem sempre é muito fácil de se obter. Os últimos, por outro lado, embora possam ser considerados bastante úteis, constituem seleções arbitrárias de títulos que, a maior parte das vezes, não guardam muita relação com uma biblioteca ou comunidade usuária específica, procurando atender a todas as bibliotecas indiscriminadamente. O método baseia-se, resumidamente, nas seguintes etapas ou passos:

1. escolha da lista a ser utilizada como parâmetro (lista básica de assunto, bibliografia, catálogo de biblioteca, etc.);
2. verificação dos itens, citados na lista, possuídos pela biblioteca; e
3. elaboração de um relatório final.

Pressupõe-se que, uma vez considerada a lista escolhida como a coleção ideal para aquela área do conhecimento ou tipologia de biblioteca, a qualidade do acervo será tanto maior quanto maior for a parcela de títulos da lista que dele constem. A premissa a guiar o trabalho é, desta forma, a de que o modelo escolhido — e apenas ele — constitui o padrão ideal de qualidade. Esta é uma premissa que, como já afirmaram muitos estudiosos, nem sempre se mostra totalmente verdadeira, devido a problemas de atualização das listas (provavelmente, no momento mesmo de seu lançamento no mercado, já estão desatualizadas).

No Brasil, a utilização de listas para avaliação de coleções tem o inconveniente de que aquelas disponíveis no mercado não têm tanta relação com a realidade brasileira como seria desejável — à exceção, talvez, das listas por assunto, em sua aplicação a bibliotecas especializadas ou de pesquisa. A alternativa seria, então, a avaliação via listas *ad*

pesquisa. A alternativa seria, então, a avaliação via listas *ad hoc*, ou seja, listas especialmente elaboradas para avaliação de uma coleção, levando em conta as características peculiares da mesma. Os métodos impressionistas, por sua vez, têm sido bastante utilizados no país, principalmente pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES), para credenciamento e avaliação de cursos superiores e de pós-graduação, quando um ou mais especialistas designados por ela visitam as bibliotecas das instituições universitárias e elaboram um parecer sobre sua coleção — o que, diga-se de passagem, tem sido motivo de inúmeros inconvenientes —, diagnosticando seu nível de excelência.

c) Fatores de uso

Neste item são incluídos todos aqueles estudos que têm como objetivo a avaliação da coleção através de seu uso pela comunidade. A partir de registros de circulação (uso domiciliar, interno, entre bibliotecas, etc.), procura-se avaliar a adequação do acervo à comunidade que deve servir. Em outras palavras: procura-se definir se a coleção está atendendo satisfatoriamente à demanda. Sem dúvida, são estudos que procuram medir algo importantíssimo, a razão mesma para existência da maioria das coleções, pois ninguém poderia esperar que uma coleção fosse constituída senão para ser utilizada por alguém. É algo que parece mais que evidente. Em vista disso, estudos de uso, tornam-se até mesmo imprescindíveis para as bibliotecas. Afinal, o valor de um documento não está também expresso, entre outras coisas, no uso que se faz dele? Como, então, considerar valiosa uma

coleção da qual pouquíssimos se utilizam ou da qual apenas uma pequena parcela é utilizada pela comunidade? O nó da questão, no entanto, está localizado não no uso em si e suas características atuais, que os estudos de uso procuram tornar claras, mas na determinação de se este uso está ou não ocorrendo da forma correta. A partir daí, a questão começa a ficar nebulosa, pois estudos deste tipo não informam como este uso se devia dar, mas apenas como ele, na realidade, está ocorrendo. Diagnosticam o fato, não chegam a expor uma análise da demanda. Este último requisito é uma tarefa a ser realizada pelos próprios bibliotecários, exigindo muitas outras informações, além daquelas fornecidas pelos registros de circulação, por mais precisos que estes sejam. Entram em causa, então, questões a envolver tanto a própria educação do usuário e seu treinamento para obtenção da informação desejada, como também a concepção que este tem sobre suas necessidades informacionais e sobre o potencial da biblioteca como provedora de informações. Algo muito mais complexo do que pode parecer, à primeira vista, a bibliotecários eufóricos pela constatação, por exemplo, de que 50% do acervo sob sua responsabilidade foi utilizado pelo menos uma vez nos últimos dois anos (o que, embora não seja tão ruim assim, provavelmente não justifica excessos de euforia).

A literatura biblioteconômica, inclusive em língua portuguesa, é bastante generosa em estudos deste tipo, alguns bastante complexos e aprofundados, outros apenas superficiais. Todos eles parecem partir da premissa — ou da esperança — de que o uso passado irá repetir-se no futuro e que o

bibliotecário, ao ter acesso a esses dados de uso passado, poderá preparar-se convenientemente para dar atendimento ao futuro próximo. Além disso, procuram identificar áreas de assunto usadas abaixo ou acima do desejado, assim como individualizar títulos cuja demanda justifique sua duplicação. E são utilizados, também, tendo em vista o descarte de materiais. Em outras palavras, buscam, muitas vezes, identificar títulos cuja demanda seja insuficiente para justificar sua permanência no acervo. Esta é a aplicação dos estudos de uso que mais perigos e fascínios oferece aos profissionais, pois sua utilização de maneira indiscriminada, ao invés de um fator de controle da coleção, pode revelar-se um índice de catástrofe, gerando uma verdadeira avalanche de descartes indevidos, algumas vezes de difícil ou impossível recuperação. É importante, pois, salientar que estudos de uso, considerados isoladamente, quase nunca possibilitam informações suficientes para decisões de descarte. É necessário, as mais das vezes, contrabalançar dados de uso com outros que tratem da qualidade, nível e raridade do material, para, aí então, munido de uma maior quantidade de variáveis significativas, decidir sobre um eventual descarte.

Os estudos de uso podem ser realizados pela abordagem de toda a coleção ou por amostragens de títulos, obtidas tanto via catálogo topográfico como pelas obras retiradas em um período predeterminado. Esta fase de coleta de dados, no caso de estudos de uso, é particularmente problemática, exigindo um controle muito grande por parte dos realizadores, a fim de evitar distorções devidas a imprecisões dos registros de circulação. Ainda é grande a discussão sobre quais dados de

circulação devem ser considerados nos estudos de uso, e parece não haver acordo se dados de empréstimo domiciliar são suficientes como indicadores de uso (lembrem-se do estudo, realizado em fins da década de 70 na Universidade de Pittsburgh, que gerou a maior polêmica, ainda hoje não totalmente amainada). Parece evidente que quanto maior a diversidade de dados ou registros de circulação passíveis de serem utilizados no estudo, maior a confiabilidade dos resultados obtidos. Remete-se o leitor, ainda desta vez, à bibliografia complementar, onde os muitos detalhes e implicações dos estudos de uso são discutidos à exaustão.

Finalmente, para fechar este capítulo sobre avaliação de coleções, deve-se salientar que qualquer trabalho de avaliação pressupõe uma familiaridade maior com métodos e técnicas de pesquisa, algo que, como já mencionamos, parece faltar ao bibliotecário brasileiro. É um lapso que necessita ser urgentemente corrigido (talvez alguém pudesse propor-se a elaborar um manual sobre este tema, dirigido a bibliotecários). Coleções de bibliotecas, como tudo o mais na vida, são passíveis de avaliação. Mais que isto: são objetos cuja avaliação imprescindível, sob pena de se transformarem em trambolhos de difícil gerenciamento, ou comprometerem mais ainda a imagem daqueles profissionais que por elas são responsáveis, os bibliotecários — imagem esta que, aliás, já não é das melhores. Além do mais, qualquer processo de desenvolvimento de coleções que não inclua a avaliação será, necessariamente, um processo capenga, nunca atingindo qualquer tipo de conclusão sobre os objetivos por ele almejados. Sem dúvida, algo que se deve procurar evitar.

CONCLUSÃO

Procurei, ao longo de todas estas páginas, passar a noção de que as coleções não se devem desenvolver aleatoriamente, mas sim acompanhar um processo de desenvolvimento traçado exclusivamente para elas. Tentei, ainda, transmitir a idéia de que cada coleção como um projeto organizacional, necessita ter um planejamento definido *a priori*. Num momento em que todas as facetas do trabalho bibliotecário precisam adquirir um profissionalismo que o faça destacar-se entre as profissões, o desenvolvimento de coleções pode contribuir largamente para isto, mostrando aos usuários e aos órgãos mantenedores que os profissionais responsáveis pelas coleções não se constituem em simples guardiões das mesmas, mas sim em administradores e planejadores dos recursos informacionais. Uma tarefa que talvez ainda não tenhamos assumido da maneira como deveríamos.

Considerando os objetivos deste volume, o tratamento do assunto foi necessariamente breve. Muito mais haveria a ser comentado e discutido. É provável que cada uma das subdivisões escolhidas para compor o livro tranquilamente poderia dar origem a outros tantos volumes. Considerando os objetivos inicialmente propostos, não havia como proceder de

outra forma (diga-se de passagem, o resultado final mostrou-se muito mais extenso do que a princípio se desejava). Àqueles leitores que entenderem o espírito do trabalho e sentirem necessidade de aprofundar alguns dos temas tratados, aconselha-se a leitura das obras arroladas como bibliografia complementar, que poderão, muito melhor do que eu poderia ter feito, esclarecer as dúvidas e questionamentos que neles consegui, eventualmente, fazer brotar. Aliás, mais não era almejado. Se tal objetivo for atingido, será mais que satisfatório. Será um sinal de que algo começou a mudar, sinal de que ainda nem tudo está perdido. Será, definitivamente, um bom sinal.

Processo de trabalho

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ATKINSON, Ross. The language of the levels: reflections on the communication of collection development policy. *College & Research Libraries*, 47(2):140-9, 1986.
- BONN, George S. Evaluation of the collection. *Library Trends*, 22(3):265-97, 1974.
- BROADUS, Robert N. Use studies of library collections. *Library Resources & Technical Services*, 24(4):317-24, 1980.
- CHRISTIANSEN, Dorothy E. *et alii*. Guide to collection evaluation through use and user studies. *Library Resources & Technical Services*, 27(4):432-40, 1983.
- CURLEY, Arthur & BRODERICK, Dorothy. *Building library collections*. 6.ed. Metuchen, N.J., Scarecrow, 1985.
- DREXELL LIBRARY QUARTERLY, v. 18, n. 1, 1982. (Número especial sobre censura em bibliotecas.)
- EVANS, Edward G. *Developing library collections*. Littleton, Libraries Unlimited, 1979.
- FIGUEIREDO, Nice Menezes de. *Avaliação de coleções e estudo de usuários*. Rio de Janeiro, FEBAB, 1979.
- ___, *Metodologias para avaliações de coleções, incluindo procedimentos para revisão, descarte e armazenamento*. Brasília, IBICT, 1985.

- ___, Seleção de livros. *Estudos Avançados em Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 1:1-48, 1982.
- FUTAS, Elisabeth, ed. *Library acquisitions policies and procedures*. 2.ed. Phoenix, Oryx, 1984.
- GORE, Daniel, ed. *Farewell to Alexandria: solutions to space, growth and performance problems of libraries*. Westport, Conn., Greenwich Press, c1976.
- HOUGHTON, Tony. *Bookstock management in public libraries*. London, Clive Bingley, 1985.
- KENT, Allen, ed. *Use of library materials*. New York, Marcel Dekker, c1979.
- LANCASTER, Fredric W. *The measurement and evaluation of library service*. Washington, D.C., Information Research Press, c1977.
- LIBRARY TRENDS, v. 24, n. 3, 1976. (Número especial sobre estudos de comunidade.)
- LIBRARY TRENDS, v. 33, n. 3, 1985. (Número especial sobre avaliação de coleções)
- SPILLER, David. *Book selection: an introduction to principles and practice*. 2.ed. London, Clive Bingley, 1974.